



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Caros cidadãos e cidadãs, caros eleitores e eleitoras,

Em junho de 2024, tomarão uma decisão fundamental. Determinarão o futuro das nossas sociedades e do nosso planeta. O vosso voto decidirá o rumo que a União Europeia tomará nos próximos cinco anos.

O que está em jogo é vital. A vossa escolha decidirá se tomamos medidas comuns para melhorar a nossa qualidade de vida, proteger os direitos e liberdades que tanto prezamos e fazer da Europa uma força de paz e justiça em todo o mundo. Este é um momento crucial - a encruzilhada que define o nosso futuro.

Passámos por muita coisa juntos nos últimos anos.

Os/as jovens que lutaram para colocar a crise climática na ordem do dia viveram depois a trágica pandemia. Perderam anos cruciais de educação e as suas primeiras experiências profissionais em solidariedade com toda a sociedade, mesmo sabendo o futuro difícil que os esperava.

Os/as pensionistas e as famílias lutaram para aquecer as suas casas, após a guerra de agressão de Putin ter mergulhado a Ucrânia na guerra e a Europa numa crise energética.

As mulheres, as comunidades LGBTI e os grupos racializados sofreram o impacto dos crescentes ataques aos direitos liderados pelos muitos governos europeus que se viraram não só para a direita, mas para a extrema-direita.

Ao mesmo tempo, os custos incalculáveis da inação climática continuaram a aumentar.

Numa altura assim, muitos e muitas de nós sentimo-nos inseguros quando pensamos no dia de hoje e no dia de amanhã.

A extrema-direita está a utilizar estes medos para tentar recuar no tempo. Espalham o ódio enquanto fazem de bode expiatório pessoas que precisam do nosso apoio. As suas soluções são falsas soluções. A forma de combater a impotência que muitos de nós sentimos não é propagar o ressentimento, mas sim ouvir e oferecer coragem.

A crise climática é o desafio da nossa geração. Ao construir uma sociedade mais verde, responderemos também à injustiça e à desigualdade que polarizam as nossas sociedades. Ao contrário dos conservadores e da extrema-direita, que querem adiar e negar os problemas que enfrentamos, atuaremos com toda a urgência.

O peso da inação aumenta de dia para dia. Porque, quando sabemos que as energias renováveis farão baixar as faturas de eletricidade, continuamos a pagar o preço das dispendiosas energias fósseis.

Mesmo quando conhecemos os efeitos da poluição tóxica no nosso corpo, continuam a bloquear-nos o ar puro e um ambiente seguro.

Quando sabemos que a alimentação saudável deve ser acessível a todos e todas, continua a ser um luxo reservado a poucos.

Numa altura em que estamos a assistir a incêndios e inundações, o clima continua a aquecer e os ecossistemas estão à beira do colapso.

Connosco, o sonambulismo acaba. Nós escolhemos a mudança.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Passar de crise em crise não deve ser encarado como um dado adquirido.

As soluções existem. Só precisamos de ter a coragem de fazer o que é preciso.

É por isso que, no meio da incerteza e da ansiedade, erguemos uma bandeira de esperança e determinação.

Para enfrentar os desafios do nosso tempo, a Europa precisa de um Pacto Verde e Social.

Escolhemos a ambição. O nosso Pacto Ecológico e Social enfrentará a crise climática e ambiental como a emergência que é. Pegaremos nos milhares de milhões que vão para os subsídios aos combustíveis fósseis e investiremos nas energias renováveis, na natureza e na biodiversidade. Utilizaremos os dinheiros públicos para criar um ambiente mais saudável para nós e um futuro habitável para os nossos filhos e filhas.

Escolhemos uma vida mais segura. O nosso Pacto Verde e Social combaterá a crise do custo de vida, investindo nos bens essenciais de que todos e todas precisamos e nos serviços públicos que todos e todas merecemos. Investiremos em habitação a preços acessíveis para baixar as rendas, em renovações de casas para baixar as faturas de energia e em transportes públicos para tornar as deslocações diárias mais acessíveis. Estamos convencidos de que a vossa vida pode tornar-se muito menos dispendiosa no dia a dia através de um investimento simples e inteligente nos serviços públicos.

Escolhemos a prosperidade. O nosso Pacto Ecológico e Social irá construir uma economia dinâmica e competitiva, criando milhões de empregos verdes na vanguarda da indústria. Propomos um grande plano de investimento para financiar indústrias e infraestruturas ecológicas em toda a União Europeia. A transição ecológica não é abstrata, significa novas linhas ferroviárias, novas fábricas, novas oportunidades para vocês e para a vossa comunidade.

O nosso Pacto Verde e Social anda de mãos dadas com uma Europa inclusiva e democrática que protege os direitos de todos e todas.

Escolhemos a liberdade. Lutamos por uma Europa da democracia, do feminismo e dos direitos humanos. A Europa é o nosso escudo. Deve legislar no sentido de defender os direitos fundamentais e proteger as pessoas contra a discriminação. Não descansaremos até que todos e todas na Europa possam viver as suas vidas em plena autodeterminação.

A Europa não é uma ilha. O nosso projeto para a UE é inseparável do nosso compromisso de trabalhar a nível internacional para construir a segurança, a paz e a justiça global.

Escolhemos a abertura. Trabalharemos incansavelmente em cooperação com os nossos parceiros para construir um mundo mais justo. Apoiaremos a Ucrânia na sua luta pela liberdade. Combateremos as causas profundas dos conflitos e das injustiças, utilizando a influência e os recursos da UE para dar início a um Pacto Ecológico Mundial. Estamos convictos de que todos e todas, em todo o lado, merecem um futuro seguro e próspero.

Juntos e juntas podemos alcançar este objetivo.

A família dos Verdes está maior do que nunca. É mais diversificada e mais alargada, estando representada em toda a Europa. Os Verdes têm assento em ministérios da Letónia até Espanha e em câmaras municipais de Zagreb a Lyon. Todos os dias, estamos a cumprir o prometido. Estamos a construir soluções. Melhoramos a vida das pessoas e protegemos o nosso clima e ambiente.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Agora temos de dar o passo seguinte. Chegou o momento de formar a próxima maioria no Parlamento Europeu. Chegou o momento de progredir e de agir. Podemos construir uma sociedade mais justa e um futuro habitável para o nosso planeta.

Oferecemos uma alternativa para a Europa. A vossa escolha não é entre o status quo falhado ou o retrocesso da extrema-direita. A vossa escolha é a da esperança.

Escolham um acordo ecológico e social.
Escolham os direitos fundamentais e a democracia.
Escolham a paz, os direitos humanos e a justiça global.

Só uma voz forte dos Verdes europeus nos levará até lá. Só os Verdes colocarão a ambição climática, a justiça social e a proteção dos direitos fundamentais e da democracia no centro da União Europeia.

A história mostra que, quando a Europa se mobiliza, pode conseguir tudo. Com o apoio dos cidadãos/ãs e dos movimentos, a nossa abordagem à política é simples: oferecer soluções para o presente que permitam um futuro melhor.

Estamos prontos, convencidos de que vocês também estão prontos/as. Juntos e juntas vamos fazer desta Europa uma realidade.

Votem nos Europeus Verdes.



CAPÍTULO I: A CORAGEM DE COLOCAR O PLANETA E AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR - O NOSSO PACTO ECOLÓGICO E SOCIAL PARA A EUROPA

A conta de eletricidade da Maria nunca tinha sido tão elevada como no inverno anterior. Tente pagar uma conta elevada com apenas um rendimento e dois filhos para alimentar. Ela trabalhava arduamente - demasiado arduamente - mas nunca era suficiente no final do mês.

A Maria não teria conseguido sair daquela situação sozinha, mas não estava sozinha. O município abriu finalmente o centro comunitário de acolhimento de crianças que andava a prometer há anos. Foi-lhe concedido um subsídio do Pacto Ecológico e Social e ela renovou a sua casa cheia de correntes de ar. O novo percurso de autocarro permitiu-lhe deixar de gastar metade da gasolina por semana.

Percebeu-se que, se a sociedade tratasse todas as nossas lutas quotidianas como problemas comuns, juntos e juntas poderíamos resolvê-los. Com o nosso Pacto Ecológico e Social, podemos transformar vidas como a da Maria - como a nossa - em vidas mais seguras, mais felizes e mais saudáveis, com faturas de eletricidade mais baixas, alimentos saudáveis a preços acessíveis e ar puro nas nossas cidades.

A justiça climática e a justiça social são duas faces da mesma moeda.

O ano passado foi o ano mais quente de que há registo. O estado do planeta é uma emergência. Os danos causados à vida e aos meios de subsistência - as casas inundadas e as explorações agrícolas falidas - pela crise climática aumentam de ano para ano.

Ouvimos os apelos urgentes de cientistas e ativistas. Os animais e os ecossistemas que estão a morrer em números recorde não podem esperar.

A ação climática imediata trará benefícios para toda a sociedade, tornando as nossas vidas mais acessíveis e agradáveis nos próximos anos. Protegerá a natureza que nos rodeia.

Não fazer nada só servirá para os mais ricos lucrarem com os combustíveis fósseis, deixando os mais pobres das nossas sociedades a suportar os custos.

O nível de vida das pessoas na Europa foi duramente afetado nos últimos anos. O custo de vida está a aumentar, obrigando milhões de pessoas a viver na insegurança, sendo os mais vulneráveis os que pagam o preço mais elevado.

As desigualdades crescentes e a grande injustiça económica não são novidade. Durante décadas, os ultra-ricos não pagaram quase nenhum imposto, enquanto os serviços públicos foram cortados.

Os empregos tornaram-se mais precários e demasiadas pessoas tiveram de abandonar o local onde vivem para encontrar um trabalho digno.

Nada disto tem de ser normal. Nada disto é inevitável.

Temos a coragem de fazer o que é preciso.

São os nossos problemas e temos de resolvê-los agora. Não vamos deixar isto para a próxima geração.

Para combater a crise do custo de vida e a desigualdade económica, protegendo o clima e recuperando a natureza, é necessário investimento. É por isso que estamos a propor um grande plano de investimento para a Europa: o Pacto Verde e Social.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Construiremos novas infraestruturas verdes e financiaremos serviços públicos de qualidade. Esta oportunidade económica criará novos empregos e indústrias.

Tudo o que propomos combina a melhoria das condições de vida com a proteção do clima e do ambiente.

Queremos que a poluição tóxica do ar e os subsídios esbanjadores aos combustíveis fósseis sejam coisas do passado. Os paraísos fiscais para poucos não têm lugar na Europa nem em lado nenhum.

Lutaremos por habitação a preços acessíveis, energia renovável e alimentos saudáveis para todos e todas. Protegeremos um clima estável e uma natureza restaurada.

O Pacto Ecológico e Social é o nosso plano para uma Europa mais verde e mais saudável, onde as vidas são seguras, prósperas e cheias de oportunidades.



PROTEGER O CLIMA E O AMBIENTE

O nosso Pacto Ecológico e Social é pioneiro em matéria de justiça climática e ambiental. As políticas climáticas e ambientais da UE definem o ritmo e a ambição da ação em toda a Europa e não só. Muito já foi feito, e estamos a caminho da transição ecológica. A questão agora é saber como acelerar a ação tão necessária e, ao mesmo tempo, proteger o nível de vida, especialmente das pessoas mais vulneráveis.

As nossas sociedades só podem ser saudáveis e seguras se respeitarmos os limites do planeta. Já estamos a enfrentar as consequências das alterações climáticas: fenómenos meteorológicos extremos, como tempestades, secas e inundações, subida do nível do mar, desertificação e degelo do gelo ártico e dos glaciares. Um milhão de espécies animais e vegetais estão perigosamente perto da extinção. O futuro do nosso planeta e das nossas sociedades relativamente pacíficas e prósperas depende da nossa ação imediata. Proteger o clima e o ambiente é proteger as pessoas.

A transição ecológica para uma Europa socialmente justa e com impacto neutro no clima é uma promessa de prosperidade. Estamos a trabalhar para criar um ambiente de vida melhor e empregos seguros e bem remunerados no centro das nossas economias. Em vez de pagar milhares de milhões a autocracias por combustíveis fósseis extraídos e refinados em países terceiros, podemos investir esse dinheiro na produção de energias renováveis, mantendo o dinheiro e os empregos na Europa e investindo num futuro melhor.

FAZER FACE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Encontramo-nos num ponto de viragem na história. A Europa precisa de enfrentar a crise climática com toda a urgência, reduzindo as suas emissões o mais rapidamente possível, em conformidade com as recomendações científicas, para garantir um futuro o mais habitável possível nos próximos anos e décadas. A UE tem de ser um líder mundial em matéria do clima se quisermos assegurar um futuro habitável para o planeta e inverter a tendência do número crescente de inundações, incêndios e secas na UE e em todo o mundo. Ao mesmo tempo, investir numa economia europeia limpa e reduzir rapidamente a nossa dependência dos combustíveis fósseis reforça a nossa economia, a nossa resiliência e a nossa segurança.

O nosso trabalho no Parlamento Europeu e a pressão do movimento climático ajudaram a tornar o Pacto Ecológico Europeu uma realidade. Temos de continuar a reforçar os domínios em que os compromissos deixaram lacunas e vazios e a aumentar o nível de ambição. Ao longo dos últimos anos, céticos, lobistas, conservadores e populistas tentaram travar a transição ecológica e substituir a ciência e o progresso por desinformação, políticas ineficientes e a continuação da dependência das energias fósseis.

Acolhemos os progressos tardios, mas continuamos a insistir numa maior ambição e na plena execução dos planos já iniciados. Para reconhecer a crise climática e ambiental, insistiremos na inclusão do direito a um ambiente saudável e limpo na Carta dos Direitos Fundamentais, que deve ser diretamente aplicável a todos os cidadãos e cidadãs da UE.

A Europa pode e deve tomar medidas para ir além de uma redução de 55% das emissões até 2030 e alcançar a neutralidade climática total até 2040. Estes objetivos devem ser definidos numa lei europeia revista sobre o clima. Não devemos confiar em falsas soluções como a geoengenharia para atingir os nossos objetivos climáticos.

UMA TRANSIÇÃO ASSENTE NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Vamos pressionar a UE a construir um sistema energético para todos e todas, totalmente baseado nas energias renováveis, que ligue e dê energia ao continente. As energias renováveis são a chave



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

económica para o futuro. Mais baratas e mais seguras do que qualquer outra fonte de energia, as energias renováveis ajudaram a economia da UE a poupar 100 mil milhões de euros entre 2021 e 2023 e a reduzir as faturas de eletricidade dos agregados familiares.

Queremos transformar o nosso sistema energético de modo a que dependa a 100% da energia solar, hídrica, eólica e geotérmica, eliminando progressivamente a energia fóssil até 2040. Só as energias renováveis podem garantir um planeta habitável, a independência geopolítica dos autocratas e um sistema energético resiliente e democraticamente gerido.

Queremos colocar os cidadãos e as cidadãs no centro da transição energética e substituir o atual sistema centralizado por um sistema energético altamente eficiente, inteligente e democrático que dê prioridade às pessoas, à justiça económica e ao planeta. Os cidadãos e as cidadãs devem ser envolvidos/as nos processos de tomada de decisão, por exemplo, sobre a localização dos projetos energéticos. Os projectos de energia devem ser desenvolvidos de forma a minimizar o seu impacto na natureza. Encorajamos a apropriação comunitária de projetos de energias renováveis, uma vez que isso dá aos cidadãos e às cidadãs poder de decisão direto sobre os mesmos.

Queremos painéis solares em todos os telhados possíveis e promover soluções locais, como sistemas de aquecimento urbano, armazenamento de energia, carregamento de veículos elétricos e bombas de calor. Precisamos também de acelerar o desenvolvimento de uma rede de eletricidade robusta, com melhor conectividade e apoio para garantir energia estável - mesmo quando o sol não brilha ou o vento não sopra.

A resolução da crise climática criará milhões de empregos em setores que vão das energias renováveis e da construção à indústria e aos transportes. Os projectos "prontos a arrancar" que iniciáramos amanhã representam 2 milhões de empregos a curto e médio prazo e a nossa transição a longo prazo até 10 milhões.

ACABAR COM OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA EUROPA

A UE precisa de eliminar progressivamente todos os combustíveis fósseis até 2040, começando pelo carvão até 2030. A UE precisa de um plano claro para a eliminação total do gás fóssil e do petróleo já em 2035 e, o mais tardar, em 2040.

Apoiaremos a eletrificação maciça e acelerada em todos os setores e garantiremos energia a preços acessíveis para todos e todas. Temos de apoiar o desenvolvimento de uma mobilidade elétrica barata e de infraestruturas de carregamento.

É fundamental para o clima que avancemos o mais rapidamente possível para o aquecimento e arrefecimento das casas e das indústrias com base em energias renováveis (como bombas de calor, aquecimento urbano, calor residual, geotérmica e, se necessário, madeira e biomassa residual de origem sustentável). Ajudaremos as pessoas que não podem suportar os investimentos iniciais a efetuar a transição e a colher os benefícios a longo prazo.

As alternativas sugeridas, como o hidrogénio verde, implicam riscos e custos mais elevados, tanto para os consumidores como para a indústria. Devem ser reservadas para o sistema de energia de reserva, a indústria pesada, o transporte marítimo de longa distância e os voos em que a eletrificação não é viável.

A Europa precisa de um plano para eliminar gradualmente todos os subsídios aos combustíveis fósseis até 2025, no máximo, e todos os outros subsídios prejudiciais ao ambiente até 2027, no máximo. Os milhares de milhões de euros dos subsídios aos combustíveis fósseis devem ser canalizados para as energias renováveis, a eficiência energética e a poupança de energia. Nenhum dinheiro público europeu ou dos Estados-Membros deve ser canalizado para infraestruturas que nos prendam a um sistema fóssil ou que dificultem a eletrificação com base em energias renováveis,



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

sempre que possível. Os incentivos económicos ou as derrogações para emissões de luxo não têm lugar numa transição justa.

As medidas de poupança de energia para reduzir a procura são essenciais. Concentrarmo-nos na redução da procura e na eficiência significa utilizar menos e precisar de menos energia - facilitando o processo de tornar o nosso sistema energético mais ecológico. As medidas de eficiência energética estabelecidas na recente legislação da UE, como a introdução do "princípio do primado da eficiência energética", são conquistas importantes.

A redução da procura deve também ser conseguida através de incentivos a mudanças de comportamento, estilo de vida e organização coletiva, em conformidade com a justiça social. No setor dos transportes, por exemplo, a eliminação progressiva das viagens aéreas de curta distância quando existem alternativas ferroviárias razoáveis, a limitação do peso dos automóveis particulares ou o desenvolvimento de infraestruturas ferroviárias e de bicicletas de elevada qualidade conduziriam a uma redução da procura de energia.

ADAPTAR A EUROPA A UM PLANETA EM SOBREAQUECIMENTO

Décadas de negação e atraso em relação ao clima deixaram-nos vulneráveis a condições climáticas extremas e a crescente reação anticlimática vai agravar ainda mais a situação. As inundações e os incêndios destruíram casas e empresas, enquanto as vagas de calor põem em risco vidas em casas e locais de trabalho.

Para tornar as pessoas e os locais menos vulneráveis aos impactos climáticos, introduziremos uma lei de adaptação climática assente em soluções baseadas nos ecossistemas.

Os esforços de recuperação da natureza e de adaptação às alterações climáticas permitirão reter a água nas zonas rurais e urbanas através da revitalização dos rios e das planícies aluviais. Para reconhecer o papel fundamental da água, uma abordagem integrada deve integrar a água em todas as políticas relevantes da UE.

A transformação ecológica deve ser acompanhada de uma política de coesão forte para garantir que todas as regiões da Europa beneficiem dela. O nosso Fundo de Solidariedade da UE alargado centrar-se-á na adaptação às alterações climáticas e na preparação para as catástrofes naturais. Um financiamento específico e direto da UE para a ação climática pode aliviar a pressão orçamental e política sobre as cidades e os municípios e permitir que a transição seja moldada e conduzida a nível local, independentemente de quem estiver em funções a nível nacional.

Com base no princípio da solidariedade europeia, criaremos um Fundo Europeu para as Catástrofes Naturais. Iremos também expandir e cofinanciar a frota europeia de combate a incêndios, incluindo pessoal profissional e voluntário qualificado, equipamento de combate a incêndios, ativos e aviões de combate a incêndios, bem como monitorização em tempo quase real e um centro de coordenação de emergências. O reforço da proteção civil tornará a Europa mais resistente às catástrofes climáticas.

POLUIÇÃO ZERO É UMA QUESTÃO DE SAÚDE

Uma União Europeia sem poluição, com políticas que visem a poluição do ar, da água e do solo, será um lugar muito mais saudável para se viver. A poluição atmosférica é responsável por 300 000 mortes prematuras por ano na UE, sendo as crianças as mais vulneráveis aos efeitos das partículas finas. Vamos pressionar a UE a aumentar as normas de qualidade do ar para todos e todas, em toda a UE, sem exceções.

Até 2030, a qualidade do ar na UE deve cumprir as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Lutaremos por uma Europa livre de substâncias tóxicas até 2030, eliminando gradualmente a



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

utilização das substâncias químicas mais nocivas através de uma legislação mais rigorosa em matéria de substâncias químicas.

A crise climática constitui também uma grave ameaça para a saúde humana, visível nos efeitos que as vagas de calor, as secas e outros fenómenos meteorológicos extremos têm na população em geral. Reduzir as emissões agora ajudará a evitar um agravamento da situação nos próximos anos.

TRAZER A NATUREZA DE VOLTA

Dos pássaros e abelhas aos pântanos e zonas húmidas, temos de proteger a natureza que é a base da vida neste planeta. Um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção devido a ecossistemas danificados, à utilização de pesticidas e às alterações climáticas. Esta extinção em massa tem de acabar.

A partir de 2026, 10% do orçamento da UE deve ser gasto em objetivos de biodiversidade. Tomar medidas contra as alterações climáticas e restaurar ecossistemas saudáveis e ricos em biodiversidade são duas faces da mesma moeda.

Queremos proteger um terço do território e das zonas marinhas da UE, para que possamos viver em harmonia com a natureza, incluindo as zonas húmidas, as florestas, os ecossistemas marinhos, os agroecossistemas, os rios e os lagos. Queremos construir uma Rede Transeuropeia para a Natureza que ligue os ecossistemas para permitir a migração das espécies.

Tal como estabelecido na Lei da Restauração da Natureza, pela qual lutámos, queremos restaurar áreas naturais e ecossistemas degradados em toda a UE. Trabalhar com os/as agricultores/as, os/as pescadores/as e as comunidades locais é fundamental para proteger a biodiversidade e combater as alterações climáticas. A UE deve cumprir os compromissos internacionais assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 15), em Montreal, e tomar medidas ambiciosas em matéria de proteção e recuperação da biodiversidade.

AS FLORESTAS SÃO O PULMÃO VERDE DA EUROPA

As florestas estão ameaçadas pela desflorestação e pelas consequências das alterações climáticas. São os nossos pulmões e o nosso sistema de suporte de vida, albergam a maior parte da biodiversidade terrestre e são importantes absorvedores de carbono. As florestas também desempenham um papel crucial no fornecimento de ar limpo, na regulação do ciclo da água e na prevenção da erosão do solo. A proteção e recuperação das florestas são fundamentais para atingirmos os nossos objetivos climáticos.

Como Verdes, consideramos que as florestas antigas, a gestão mais próxima da natureza e a florestação e recuperação favoráveis à biodiversidade são fundamentais para a existência de florestas saudáveis na Europa. Precisamos de uma estratégia comum de combate aos incêndios florestais através de florestas mistas quase naturais. Estamos determinados a evitar o corte raso e a estabelecer corredores de proteção. São necessárias medidas de emergência para proteger as florestas da má gestão, da poluição e das alterações climáticas.

CUIDAR DOS NOSSOS SOLOS COM ALIMENTOS E AGRICULTURA SUSTENTÁVEIS

A Europa precisa de uma política alimentar e agrícola comum para apoiar as mudanças no que comemos, como produzimos os alimentos e de onde os obtemos. Os/as agricultores/as e os/as trabalhadores/as agrícolas estão a atravessar uma dupla crise. Por um lado, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade ameaçam a sua atividade. Por outro lado, muitos/as dos/as trabalhadores/as do setor não recebem uma remuneração justa pelos alimentos que produzem.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Todos/as os/as agricultores/as da Europa devem poder obter um rendimento decente com o seu trabalho. Temos de abordar as questões estruturais do setor alimentar, tornando o nosso sistema alimentar mais resistente e apoiando a produção local em consonância com a soberania alimentar. Temos de garantir que os/as agricultores/as não estão expostos/as à concorrência desleal de produtos que não respeitam as mesmas normas, incluindo de países terceiros.

Precisamos de uma mudança fundamental, abandonando os subsídios à agricultura industrial baseada em pesticidas, monoculturas e sofrimento animal e investindo maciçamente na agricultura biológica e na produção agroecológica. O atual modelo agrícola é altamente dependente de fatores de produção como os fertilizantes, os alimentos para animais e os combustíveis fósseis, incluindo os provenientes do exterior da UE.

Anos de subsídios mal orientados concentraram a propriedade fundiária e levaram pequenos/as e médios/as agricultores/as à falência. A UE deve promover um novo modelo agrícola que reduza as emissões, proteja o ambiente e promova a justiça social.

Esta transição ecológica e social para a agricultura, apoiada por fundos comunitários redirecionados, constitui uma oportunidade para modelos de negócio seguros e sustentáveis que beneficiarão milhões de agricultores/as da Europa.

A Política Agrícola e Alimentar Comum condicionará o financiamento agrícola da UE a critérios sociais e ambientais, a fim de criar empregos de qualidade e aumentar a segurança alimentar. Isto significa que um terço do orçamento da UE será consagrado a sistemas alimentares sustentáveis que melhorem a qualidade dos solos, reduzam as emissões e diminuam o desperdício de alimentos, abordando simultaneamente a situação económica dos/as agricultores/as e reduzindo o impacto negativo do nosso sistema agrícola nos países em desenvolvimento. A UE tem de reforçar o setor das proteínas de origem vegetal e incentivar a transição para regimes alimentares mais à base de plantas, com base em propostas políticas que incluem o Tratado sobre os Produtos de Origem Vegetal.

Uma alimentação saudável também significa uma alimentação sem pesticidas. Temos de reduzir a utilização de pesticidas químicos para salvar os ecossistemas, manter o solo saudável e proteger a saúde humana. Vamos lutar por uma redução de 50% na utilização de pesticidas até 2030. O glifosato não é necessário para uma agricultura produtiva, nem para o controlo de ervas daninhas. O glifosato pode e deve ser proibido, com apoio económico para os/as agricultores/as fazerem esta mudança.

EUROPA SEM OGM

Acreditamos que os OGM não são a solução para os desafios que o setor agrícola enfrenta e queremos que os/as consumidores/as mantenham a opção de consumir alimentos sem OGM. Como Verdes, estamos empenhados no princípio da precaução e manteremos o regime regulamentar existente para todos os OGM e novas técnicas genómicas. As novas técnicas não devem ser excluídas das proteções já estabelecidas na legislação da UE para os OGM.

Os/as agricultores/as devem ser protegidos/as da utilização pela agroindústria do direito de propriedade intelectual para impor a sua dependência económica. Todos os produtos que contêm produtos geneticamente modificados devem ser rastreáveis e rotulados. Os governos nacionais devem manter o direito de proibir o cultivo de plantas geneticamente modificadas.

FAZER DO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS UMA PRIORIDADE

Faremos do bem-estar dos animais uma prioridade a nível da UE e lutaremos para que a elaboração das políticas da UE tenha mais em conta o bem-estar dos animais, tal como exigido pelos tratados da UE. Na reforma da política agrícola, defendemos regras mais rigorosas sobre as condições de



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

criação dos animais, a utilização de antibióticos e o transporte de animais. O alastramento zoonótico e a resistência antimicrobiana podem provocar outra pandemia devastadora.

Queremos acabar com as mega-agriculturas de animais e com a crueldade animal na agricultura industrial. Embora a Comissão Europeia não tenha feito nada em relação à histórica Iniciativa de Cidadania Europeia sobre o fim da era das gaiolas, vamos continuar a luta dos/as cidadãos/ãs para que a criação em gaiolas seja finalmente proibida. Continuaremos a lutar por regras mais rigorosas para proteger os animais durante o transporte comercial, nomeadamente através de um tempo de transporte máximo de 8 horas, com um tempo de transporte máximo de 4 horas para certas espécies e categorias de animais vulneráveis. Apoiamos também a proibição do transporte de animais não desmamados e a exportação de animais vivos para países terceiros que não respeitem as normas de bem-estar animal da UE. Apoiamos plenamente a Iniciativa de Cidadania Europeia para uma Europa sem peles.

A nossa Política Agrícola e Alimentar Comum pegará nos fundos atualmente utilizados para apoiar a criação industrial insustentável de animais e redirecioná-los-á para a melhoria dos sistemas de alojamento e das práticas de gestão no interesse do bem-estar dos animais.

O nosso compromisso estende-se a proteções mais fortes para todos os animais, incluindo os animais utilizados na ciência, os animais de companhia, os animais aquáticos e os animais selvagens. Lutaremos para acabar com práticas cruéis como o abate sistemático de pintos machos, a alimentação forçada, a criação de peles, as práticas de caça cruéis e as touradas. Além disso, apelamos a um controlo mais rigoroso do comércio de animais de companhia exóticos através da introdução de listas de espécies de animais de companhia aprovadas em toda a UE. Por último, lutaremos contra as fábricas de cachorros e gatinhos e defenderemos políticas de esterilização e controlo humanitário das populações de cães e gatos vadios.

MARES E OCEANOS PRÓSPEROS

As regiões marinhas da Europa precisam de proteção. O estado químico e ecológico dos nossos mares é deficiente em muitos sítios. A poluição química e plástica, o ruído subaquático, a extração de matérias-primas e os resíduos ameaçam a vida marinha, enquanto o excesso de nutrientes deixa muitas águas com pouca ou nenhuma vida. A regulamentação atual deve ser reforçada e plenamente aplicada para combater a poluição marinha.

Para salvaguardar os nossos oceanos e mares partilhados, vamos introduzir uma Lei dos Mares e dos Oceanos. Esta lei assegurará a coerência entre todas as políticas relacionadas com o mar e conduzirá a mares e oceanos limpos, prósperos e saudáveis de uma forma justa e equitativa até 2030. Esta lei estabelecerá o direito a mares e oceanos livres de poluição e ecologicamente saudáveis.

Para travar a continuação da degradação dos ecossistemas marinhos, apoiar a pesca artesanal de baixo impacto e as comunidades costeiras e reforçar a resiliência às alterações climáticas, a Europa tem de acabar com a sobrepesca e eliminar progressivamente as práticas de pesca prejudiciais. A política comum das pescas deve incentivar a transição para pescarias de baixo impacto, sistemas de distribuição de quotas justos e transparentes e um consumo sustentável de produtos do mar. Esta transição deve ser planeada em estreita cooperação com os/as pescadores/as e as comunidades costeiras. As zonas marinhas protegidas devem ser eficazmente protegidas, especialmente contra técnicas de pesca prejudiciais como o arrasto de fundo.

A UE importa cerca de 70% dos seus produtos do mar, pelo que tem um papel e uma responsabilidade globais no que respeita à pesca sustentável. Lutaremos por regras mais ambiciosas a nível mundial. Estas regras devem promover a pesca de baixo impacto em países terceiros, juntamente com os/as pescadores/as locais e de pequena escala, e reduzir as nossas importações de produtos do mar provenientes da sobrepesca. A aquicultura, como as explorações



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

piscícolas offshore, não é um substituto a longo prazo para os produtos do mar capturados em estado selvagem, dado o seu impacto negativo no ambiente, nas pescas, nas comunidades locais e no bem-estar dos animais. A UE deve regulamentar o desenvolvimento da aquicultura e as importações de produtos da aquicultura.

Lutaremos contra a extração mineira em águas profundas e apelamos a uma moratória global. É mais do que tempo de proteger os ecossistemas marinhos de profundidade. Opor-nos-emos a toda e qualquer expansão da exploração e extração de petróleo e gás offshore.

GARANTIR MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PARA TODOS E TODAS

O nosso Pacto Ecológico e Social protege o direito de todos e todas - incluindo, e especialmente, as pessoas mais vulneráveis - aos elementos essenciais da vida: energia renovável e transportes ecológicos, habitação condigna e alimentos nutritivos, bem como educação e cuidados de qualidade.

ENERGIA RENOVÁVEL PARA TODOS E TODAS

Todas as pessoas devem ter acesso a energia suficiente, acessível e renovável como um direito básico. 125 milhões de pessoas na UE lutam para aquecer as suas casas, sendo as mulheres e as pessoas idosas as mais afetadas. A eliminação da pobreza energética é uma prioridade essencial para a UE.

Apoiamos uma Garantia de Energia para fornecer a todos os agregados familiares uma quantidade suficiente de energia a um preço acessível. Os grupos vulneráveis beneficiarão de apoio direcionado, incluindo para investimentos em poupança de energia, e nenhum agregado familiar vulnerável será privado das suas necessidades energéticas devido à sua incapacidade de pagar.

Consumir a sua própria energia, partilhá-la com os vizinhos e aderir a uma comunidade energética deve tornar-se uma oportunidade de que todos possam beneficiar. Asseguraremos igualmente que as tecnologias de armazenamento, como as baterias e a ligação dos veículos à rede, sejam suficientemente implantadas e acessíveis a todos e todas.

HABITAÇÃO A PREÇOS ACESSÍVEIS PARA TODOS E TODAS

A habitação é um direito e não um bem de consumo. Uma habitação decente e confortável, quente no inverno e fresca no verão, deve ser acessível a todos e todas. Numa noite, há [900 000 sem-abrigo](#) na UE, enquanto milhões de [pessoas](#) se debatem com o aumento das rendas nas grandes cidades e com a pobreza energética associada a habitações de má qualidade - todos eles sintomas de um subinvestimento crónico em habitação social e a preços acessíveis de qualidade e bem isolada.

Temos de incentivar e aumentar o investimento público e privado em habitação a preços acessíveis, incluindo a habitação social. Apoiamos a introdução do controlo das rendas nas cidades e regiões onde as rendas explodiram e se tornaram incontroláveis. Tal como várias cidades verdes da UE alcançaram, defendemos a imposição de limites aos alugueres turísticos de curta duração para manter as rendas baixas. Continuaremos a lutar pelo direito dos/as jovens a viverem em plena independência.

Temos de adotar uma abordagem europeia em relação à política de habitação pública, definindo a habitação como um direito básico e protegendo as pessoas que arrendam imóveis da exploração. O financiamento da UE para a habitação pública deve continuar após o termo do atual Fundo de Recuperação e Resiliência. Vamos lutar por um plano "Habitação Acessível UE", também financiado por novos fundos angariados a nível da UE, para apoiar o investimento em toda a Europa.



QUENTE NO INVERNO, FRESCO NO VERÃO

Precisamos de um programa da UE para renovar as casas das pessoas com baixos rendimentos e com as faturas de energia mais elevadas. Um programa social de renovação energética em grande escala pode garantir que todos e todas vivam numa casa saudável e sem combustíveis fósseis até 2040. Na Europa, 75% dos edifícios são ineficientes do ponto de vista energético, sendo responsáveis por 36% das emissões de carbono - uma enorme oportunidade de melhoria através da renovação e da adaptação.

O apoio tem de estar disponível para todos e todas, sendo que a maior parte do financiamento se destina às pessoas mais vulneráveis, e a renovação tem de ser neutra em termos de custos para os/as inquilinos/as. O investimento da UE, dos Estados-Membros e do setor privado na renovação rápida proporcionará locais mais agradáveis e mais ecológicos para viver e criará empregos de qualidade. As nossas propostas fiscais incentivarão o investimento público em habitação ecológica a nível dos Estados-Membros, e desbloquearão o dinheiro privado para renovar o parque habitacional da Europa.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA TODOS E TODAS

A transição para um sistema alimentar sustentável e ecológico é imperativa para que os cidadãos/cidadãs europeus/europeias possam desfrutar de alimentos nutritivos e a preços acessíveis, pelos quais os/as produtores/as sejam devidamente remunerados. Muitos dos principais fatores de risco das doenças não transmissíveis, como o cancro, são alimentares. A nossa visão é a de ligar consumidores/as e produtores/as, dando às pessoas a possibilidade de fazerem escolhas informadas e garantindo aos/às agricultores/as um preço justo.

Estabeleceremos o direito à alimentação como um princípio na legislação da UE, conduzindo a mecanismos de segurança social específicos a nível nacional que garantam o acesso a alimentos saudáveis, apoiando simultaneamente as cadeias de abastecimento locais.

Apoiaremos a agricultura pequena e ecológica através de grandes investimentos. Milhões de europeus têm-se debatido com o aumento dos preços dos alimentos nos últimos anos. Ninguém deve ficar sem alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável porque são demasiado caros.

É tempo de acabar com a especulação sobre os alimentos que está a provocar a fome a nível mundial. As nossas propostas relativas às transações financeiras e aos impostos sobre os lucros inesperados irão travar a especulação que faz subir os preços dos alimentos para as famílias.

A ÁGUA É UM DIREITO HUMANO

O acesso à água potável deve ser garantido como um direito básico. A escassez de água já está a custar milhares de milhões de euros por ano, sendo os/as agricultores/as e as famílias com baixos rendimentos as pessoas mais afetadas e a região mediterrânica particularmente vulnerável.

É necessária uma ação urgente para proteger o direito à água limpa e adequada para todos e todas. Queremos proibir a privatização dos recursos hídricos. A água deve ser considerada como um bem natural comum e gerida por entidades públicas. Utilizamos a atual legislação da UE para proteger as reservas vulneráveis e dar prioridade à água potável em relação a outras utilizações.

MOBILIDADE: JUSTIÇA PARA TODOS E TODAS

Queremos que as pessoas se possam deslocar de forma fácil e económica em transportes públicos sustentáveis. A mobilidade é crucial para todos e todas, todos os dias. Liga as pessoas, as



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

comunidades e as empresas, e viajar para ver amigos e familiares ou em lazer deve ser um dos prazeres da vida.

Atualmente, os sistemas de transporte estão a favor dos ricos e contra as pessoas e o planeta. Os bairros da classe trabalhadora são os que mais sofrem com a poluição atmosférica e sonora e as comunidades rurais e suburbanas com más ligações não têm, muitas vezes, outra alternativa que não seja o automóvel. Os transportes com emissões elevadas são subsidiados de forma perversa e os jatos privados estão a aumentar cada vez mais as emissões.

Introduziremos um quadro europeu para os títulos de transporte climático, de modo a que cada parte da Europa ofereça um passe de transporte público acessível e facilmente utilizável em diferentes modos de transporte público. Até lá, os bilhetes nacionais de taxa fixa para os transportes públicos locais nos Estados-Membros devem ser mutuamente reconhecidos. Os/as jovens, as famílias monoparentais, as pessoas em situação de pobreza, as pessoas com deficiência e as pessoas idosas devem beneficiar de tarifas reduzidas.

A Europa deve investir em melhores transportes públicos, em redes de ciclismo seguras e sustentáveis e num planeamento urbano centrado nas pessoas, tanto nas cidades como nas comunidades rurais. À medida que a Europa for eliminando gradualmente os motores de combustão interna, os automóveis elétricos contribuirão para a redução das emissões dos transportes, mas uma verdadeira resposta dá muito mais espaço aos transportes públicos. Para tornar os automóveis elétricos acessíveis e criar um mercado de segunda mão, a UE deve impor a sua utilização nas frotas das empresas.

LIGAR A EUROPA COM UMA UNIÃO DAS INFRAESTRUTURAS

Precisamos de aumentar substancialmente o investimento e a coordenação do transporte ferroviário para ligar a Europa como parte da nossa União das Infraestruturas. As infraestruturas ferroviárias em muitas regiões europeias estão em mau estado e não existe qualquer cobertura ferroviária de alta velocidade em grande parte da Europa Central e Oriental. A UE deve, assim, dar prioridade ao investimento na modernização e convergência das regiões mal servidas.

Para promover viagens de longa distância sustentáveis, investiremos em infraestruturas de comboios noturnos e criaremos uma plataforma europeia de emissão de bilhetes para facilitar a reserva de viagens transfronteiriças em transportes sustentáveis. As zonas rurais e as regiões com más ligações terão prioridade nos investimentos em transportes, incluindo iniciativas de partilha de automóveis, ferries e transporte ferroviário de mercadorias.

Asseguraremos que os preços mais justos mostrem o custo real dos transportes poluentes, tributando adequadamente as viagens aéreas e os combustíveis nos casos em que não seja possível criar alternativas eficientes e respeitadoras do clima. Reduziremos a procura de voos, introduzindo uma taxa sobre os/as passageiros/as frequentes, com exceções para as regiões insulares, e proibindo os voos de curta distância sempre que existam alternativas. Lutaremos para introduzir uma proibição de jatos privados. Defendemos uma transição justa para todos/as os/as trabalhadores/as dos transportes e protegeremos os/as trabalhadores/as e os/as passageiros/as através de medidas de segurança rodoviária e de um limite de velocidade à escala da UE.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS E TODAS

A educação pública de qualidade e acessível, a formação e a aprendizagem ao longo da vida devem estar disponíveis para todos e todas na Europa, independentemente do local onde vivem ou da sua riqueza. A educação pode equipar as nossas sociedades para que possam ultrapassar as desigualdades, progredir na transição ecológica e permanecer na vanguarda da ciência e da cultura. Os postos de trabalho nas novas indústrias ecológicas só podem ser preenchidos se tivermos as pessoas formadas para os ocupar.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Temos sido fervorosos apoiantes do Erasmus+ desde a sua criação e vamos introduzir um princípio de igualdade Erasmus para garantir que os/as estudantes que de outra forma não poderiam pagar o Erasmus recebam dinheiro suficiente para financiar integralmente a sua estadia no estrangeiro. O Erasmus+ deve ser igualmente acessível a todos e todas, independentemente do país ou do contexto económico de cada um.

O nosso Pacto Ecológico e Social introduzirá um projeto partilhado de educação e formação ecológica que ajudará a ligar escolas, universidades e centros de formação para ligar instituições de ensino em toda a Europa. A educação para a cidadania sobre a UE, incluindo a educação antiextremismo, antiódio e anti-racismo, deve fazer parte dos currículos e da aprendizagem da educação não formal reconhecida a nível da UE. Os investimentos na educação são uma parte fundamental das nossas propostas para financiar a transição e devem dar a todos a oportunidade de aprender e adquirir as competências de que precisamos para o futuro.

ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE PARA TODOS E TODAS

A saúde é um bem público a que todos e todas têm direito. A pandemia foi uma prova trágica de que o subinvestimento, a privatização e a negligência das abordagens preventivas colocam os/as doentes e os/as profissionais de saúde em risco, física e mentalmente.

Uma União Europeia da Saúde deve garantir que os Estados-Membros proporcionem a todos e todas na Europa uma cobertura universal de saúde. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para eliminar as desigualdades em matéria de saúde e garantir o acesso a medicamentos e tratamentos a preços acessíveis, nomeadamente para o cancro e as doenças raras, de uma forma que inclua todas as partes da sociedade, especialmente as comunidades mais vulneráveis e racializadas. Ninguém na Europa deve sentir-se obrigado a deslocar-se para outro país devido a necessidades de cuidados de saúde não satisfeitas. A legislação europeia sobre a cobertura universal de saúde exigirá que todos os Estados-Membros assegurem este direito social essencial.

Ainda vemos as consequências da pandemia em toda a Europa. Muitas pessoas continuam a apresentar sintomas de Covid-19 a longo prazo. Temos de promover a investigação sobre as consequências a longo prazo da infeção por Covid-19. A União Europeia deve criar uma Força de Saúde da UE para a cooperação em situações de emergência sanitária e de resposta a catástrofes. Todas as políticas devem ser analisadas numa perspetiva de saúde.

UMA SOCIEDADE VERDE É UMA SOCIEDADE SOLIDÁRIA

A sociedade funciona à base de cuidados. É a nossa base negligenciada, subvalorizada e muitas vezes não paga. Como Verdes, queremos construir uma sociedade de cuidados e entendemos os cuidados como uma prioridade e um conceito abrangente. À medida que as sociedades europeias envelhecem, a importância dos cuidados vai aumentar, especialmente nos países europeus que registaram recentemente uma grande emigração.

O nosso Pacto Ecológico e Social é também um Pacto de Cuidados. Iremos promover a melhoria das condições de trabalho dos prestadores de cuidados, protegendo simultaneamente o direito de todos e todas a cuidados adequados. Investiremos em abordagens abrangentes e ao longo de toda a vida, como o acesso universal à educação e aos cuidados na primeira infância e a desinstitucionalização dos cuidados para as pessoas com deficiência e as pessoas idosas. A educação e o acolhimento na primeira infância devem ser considerados como investimento social no quadro fiscal da UE.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

A SAÚDE MENTAL É POLÍTICA

A nossa Cobertura Universal de Saúde irá para além da saúde física e assegurará que os sistemas de saúde pública incluam cuidados de saúde mental sem custos adicionais para os indivíduos. A saúde mental e a saúde física devem ter paridade de estima. Para fazer face à crise de saúde mental, reconhecemos a necessidade de estratégias preventivas e curativas inclusivas e abrangentes que incluam a cultura e o desporto, bem como atividades sociais e criativas.

É ALTURA DE REPENSAR A POLÍTICA EUROPEIA EM MATÉRIA DE DROGA

A política de combate à droga deve basear-se em provas e não em preconceitos. Defendemos uma abordagem da UE baseada na redução de danos, na saúde e no apoio às pessoas que sofrem de toxicod dependência e que minimize os impactos sociais negativos do consumo de drogas. Trabalhamos no sentido de descriminalizar a canábica para uso adulto com o objetivo de legalizar e regulamentar, protegendo simultaneamente as pessoas menores.

FAIR PLAY NO DESPORTO

O desporto liga as pessoas na Europa, promove a saúde e fomenta a coesão social. O financiamento europeu deve ser mais facilmente acessível e incentivar mais o mundo do desporto a cumprir os objetivos climáticos. Uma Agência Europeia Anticorrupção independente deve garantir a transparência e a integridade do desporto a nível mundial. O estabelecimento de normas claras permitirá a realização de grandes eventos desportivos internacionais na Europa que cumpram os objetivos climáticos e respeitem os direitos humanos.

CONSTRUIR UMA EUROPA DOS DIREITOS SOCIAIS

O nosso Pacto Ecológico e Social colocará as pessoas e o seu bem-estar no centro da transformação ecológica e da economia da Europa. O Estado social foi um dos maiores êxitos da Europa. Reconstruir esse Estado social para o século XXI é a única forma de proteger e alargar os direitos sociais a todos e todas na Europa. Uma Europa dos Direitos Sociais deve capacitar e proteger os/as trabalhadores/as e as comunidades em transição e ser inclusiva para todos e todas. Deve proteger as pessoas que enfrentam formas múltiplas e intersectoriais de discriminação na sua vida quotidiana.

EMPREGOS DIGNOS PARA TODOS E TODAS

Os/as trabalhadores/as da Europa merecem um salário justo, especialmente após anos de aumentos de preços. Lutamos para acabar com a pobreza no trabalho. No último mandato da UE, obtivemos um quadro para o salário mínimo vital em toda a UE que fixa os salários mínimos a um nível decente indexado ao custo de vida. Conquistámos medidas em matéria de transparência salarial que ajudarão a acabar com as enormes discrepâncias salariais que existem nas empresas e instituições.

Estamos a lutar por legislação que reconheça os/as trabalhadores/as das plataformas como trabalhadores/as, com todos os direitos a salários mínimos, negociação coletiva, condições de emprego e proteção a que os/as trabalhadores/as têm direito legalmente.

Os empregos nos setores-chave para o futuro, desde a construção e a prestação de cuidados à energia e à educação, devem ser bem pagos. Apoiamos o papel dos sindicatos na garantia de que os/as trabalhadores/as recebem a sua justa parte dos lucros. As nossas propostas fiscais reduzirão a carga fiscal sobre os/as trabalhadores/as e apoiarão o acesso à energia, à alimentação e à habitação para as pessoas mais pobres, aumentando os impostos sobre as pessoas que poluem e os ultra-ricos.



COMBATER A POBREZA DE FORMA ABRANGENTE

Todas as pessoas têm direito a um rendimento digno. Uma forte rede de segurança social deve proteger as pessoas em transição de emprego e as que não podem trabalhar. Apelamos a uma diretiva-quadro da UE sobre o rendimento mínimo para estabelecer um nível adequado de apoio (60% do rendimento mediano) em cada país da UE para as pessoas entre empregos ou que não podem trabalhar e garantir a sua cobertura e aceitação. Isto não deve prejudicar os modelos nacionais de negociação coletiva ou os sistemas de segurança social.

O programa de seguro de desemprego SURE de curta duração deve ser tornado permanente para proteger os meios de subsistência dos trabalhadores afetados pela transição. Continuamos a exigir uma estratégia integrada de combate à pobreza para a UE, a fim de acabar com o problema dos sem-abrigo até 2030 e, no mínimo, reduzir para metade a pobreza infantil até 2030 e eliminar a pobreza infantil até 2040.

O rendimento básico universal deve ser investigado e estudado. Por isso, defendemos a criação de pilotos nacionais de rendimento básico.

NADA DEVE SER FEITO PARA OS/AS TRABALHADORES/AS SEM OS/AS TRABALHADORES/AS

O nosso Pacto Verde e Social protege os/as trabalhadores/as e os seus direitos. Queremos construir uma União onde as pessoas sejam devidamente tratadas e pagas pelo seu trabalho, especialmente os/as trabalhadores/as essenciais que mantêm a sociedade a funcionar e todas as pessoas que constroem as infraestruturas necessárias para um futuro verde.

Nada deveria ser feito para os/as trabalhadores/as sem os/as trabalhadores/as. Lutaremos pelos direitos dos sindicatos à organização, à negociação coletiva e à greve. Os/as trabalhadores/as afetados/as pela dupla transição ecológica e digital devem ter direitos garantidos à informação, à participação através da negociação coletiva e do diálogo social e à formação. A sindicalização para formas de trabalho novas ou não normalizadas deve ser apoiada para garantir os direitos de todos/as os/as trabalhadores/as. Estes direitos e normas devem ser protegidos por uma lei sobre uma transição justa. Uma diretiva relativa à aprendizagem ao longo da vida deve proteger o direito a licenças de formação remuneradas.

MOBILIDADE LABORAL JUSTA PARA TODOS E TODAS

A Europa deve permitir e proteger a mobilidade equitativa dos/as trabalhadores/as através das fronteiras, para que ninguém fique à margem dos sistemas sociais fragmentados a nível nacional. Para evitar o dumping social, é necessário garantir os direitos sociais e o acesso ao mercado de trabalho. As tarefas administrativas devem ser possíveis em diferentes línguas, os serviços sociais devem estar abertos aos/às trabalhadores/as móveis e deve ser promovida a coordenação social a nível da UE. O reconhecimento das qualificações profissionais deve ser facilitado.

Muitos países da UE estão a sofrer as consequências da emigração maciça. A convergência económica e social dos países da UE deve ser uma prioridade para a elaboração das políticas e investimentos da UE, a fim de melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das pessoas em toda a Europa.

NOVOS DIREITOS PARA O FUTURO DO TRABALHO

O trabalho deve ser efetuado em condições decentes e em condições de segurança. Vamos desmantelar o atual sistema que explora estagiários/as e formandos/as. Acabaremos com os estágios não remunerados, para que os/as jovens tenham a garantia de uma remuneração correta e de condições de trabalho seguras. O trabalho móvel e migrante deve ser devidamente



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

regulamentado e todos/as esses/as trabalhadores/as devem receber alojamento digno e a preços acessíveis.

As medidas de saúde e segurança no trabalho devem ser atualizadas para a realidade das alterações climáticas e aplicadas, como as regras relativas às ondas de calor e ao trabalho em temperaturas extremas. O excesso de trabalho provoca stress e problemas de saúde. Introduziremos medidas que reduzam o tempo de trabalho e melhorem o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, incluindo o direito da UE à desconexão, o direito ao trabalho à distância e a flexibilidade do horário de trabalho. Apoiamos os esforços desenvolvidos em toda a UE para introduzir uma semana de trabalho de quatro dias. Não permitiremos que os/as trabalhadores/as sejam monitorizados por ferramentas de vigilância baseadas em inteligência artificial.

SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL

Lutaremos por salário igual para trabalho igual e oportunidades iguais para todos e todas no trabalho. Há muito que se impõe a eliminação total das disparidades salariais entre homens e mulheres através de medidas vinculativas para todos/as os/as empregadores/as. As disparidades salariais entre homens e mulheres dependem de fatores como a etnia, a deficiência, o acesso à educação e a idade. Os diferentes grupos de mulheres registam disparidades salariais muito diferentes.

O acesso universal e equitativo a estruturas de acolhimento de crianças e de cuidados prolongados e a revisão da diretiva relativa ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e da diretiva relativa à licença de maternidade podem fazer avançar a Europa no sentido de uma licença parental totalmente remunerada, de duração igual e suficiente.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES DESDE O INÍCIO

Como o início da vida é decisivo, exigimos um financiamento adequado para a Garantia Europeia para a Infância, a fim de garantir que todas as crianças tenham acesso a cuidados, educação infantil, alimentação saudável, habitação adequada e cuidados de saúde. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a participação dos pais no mercado de trabalho. Todas as crianças têm o direito de participar em atividades lúdicas, recreativas, desportivas e culturais.

Todas as crianças da UE devem ter acesso garantido a cuidados e educação de elevada qualidade, independentemente do seu passaporte. Queremos trabalhar com os Estados-Membros para garantir que o investimento extremamente necessário em infraestruturas de educação e cuidados seja finalmente realizado.

UMA ECONOMIA QUE FUNCIONE PARA TODOS E TODAS

A União Europeia é o nível mais importante da política climática e ambiental, onde tomamos as decisões cruciais e partilhadas que conduzem as sociedades europeias para uma via mais ecológica.

Graças à mobilização do movimento climático, nós, os Verdes Europeus, conseguimos fazer pressão para um Pacto Ecológico Europeu em 2019 e colocar a crise climática no topo das prioridades. Mas os progressos são demasiado escassos e demasiado lentos. Quanto mais depressa a Europa avançar com a sua transição ecológica, mais depressa os nossos investimentos e esforços darão frutos. O clima não vai ficar à espera que outras crises passem.

O nosso Pacto Ecológico e Social prevê um grande plano de investimento para construir uma sociedade próspera e dinâmica baseada na neutralidade climática, nas indústrias e tecnologias verdes e na digitalização sustentável.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

INVESTIR NUM FUTURO VERDE E MELHOR

As políticas económicas e fiscais da Europa devem centrar-se na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas e na manutenção de um clima estável e de um ambiente saudável. Em rutura com a austeridade do passado, a Europa deve permitir e incentivar o investimento para resolver os problemas do presente e do futuro.

Iremos rever os limites arbitrários dos Critérios de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estes deixaram a Europa exposta a crises e conduziram a cortes nos serviços públicos em vários países e a investimentos públicos limitados, pondo em causa a coesão social.

Em vez disso, introduziremos uma nova governação macroeconómica baseada no bem-estar que dê prioridade ao investimento de qualidade em bens públicos e à transição ecológica, em detrimento do paradigma ultrapassado do crescimento a qualquer custo, a fim de evitar novas crises e as suas consequências sociais.

Apelamos à introdução de uma Regra de Ouro Verde e à reforma do Semestre Europeu para criar espaço para investimentos verdes e sociais orientados para o futuro. Reveremos as regras relativas aos auxílios estatais e ao investimento público para incentivar os investimentos verdes sem comprometer a concorrência leal no mercado interno.

O mandato do Banco Central Europeu deve ser revisto para incluir o pleno emprego a par da estabilidade dos preços. Uma vez que os combustíveis fósseis são vulneráveis a aumentos de preços e provocam inflação, queremos também que o Banco Central Europeu utilize todos os instrumentos à sua disposição para incentivar o investimento ecológico, incluindo taxas de juro diferenciadas.

TORNAR A INDÚSTRIA MAIS ECOLÓGICA PARA A NOSSA COMPETITIVIDADE FUTURA

A transição ecológica é o desafio da nossa geração e não será alcançada sem uma política industrial ativa. Tornar as indústrias mais ecológicas através do investimento na Europa constitui uma enorme oportunidade em termos de competitividade e de neutralidade climática.

Insistiremos na criação de um Fundo de Transição Verde e Social equivalente a, no mínimo, 1% do PIB da UE por ano, financiado principalmente por empréstimos conjuntos a nível da UE.

A espinha dorsal da nossa União das Infraestruturas financiará projectos de infraestruturas ecológicas, como os transportes públicos e o transporte ferroviário de mercadorias, as energias renováveis e as ligações à rede energética. Financiará indústrias verdes emergentes e a renovação profunda do parque habitacional. O fundo apoiará igualmente programas de formação essenciais para a criação de empregos dignos em novos setores verdes e para a melhoria das infraestruturas sociais essenciais necessárias a uma transição justa.

Alavanca fundamental para combater a desindustrialização em toda a UE, este fundo apoiará os Estados-Membros com menos recursos económicos e os setores afetados pela transição. É necessário investimento a nível da UE para proteger o mercado único e obter apoio político para a transição ecológica em todos os países da UE.

A política industrial da UE deve ser concebida com a participação dos cidadãos e cidadãs, dos sindicatos e das empresas e não se tornar uma forma de socializar os custos e privatizar os lucros. Certificar-nos-emos de que o erário público beneficia das receitas dos investimentos nas indústrias, por exemplo, através de participações no capital. As condições sociais devem garantir a criação de empregos de qualidade. A política industrial não deve ser introduzida à custa da redução das emissões e da regulamentação. O apoio europeu à investigação e ao desenvolvimento pode



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

também contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para outros objetivos sociais, e deve ser aumentado.

FINANCIAMENTO DO PACTO ECOLÓGICO E SOCIAL

O dinheiro para financiar este investimento tão necessário existe. Estamos convencidos de que a UE pode ajudar a canalizá-lo para o investimento ecológico e social. Uma combinação de política fiscal, investimento público e iniciativa privada impulsionará esta mudança. Um sistema económico mais justo exige uma maior redistribuição, uma melhor utilização dos fundos públicos e que todos os atores e todas as atrizes da sociedade desempenhem o seu papel.

CRIAR UM SISTEMA FISCAL JUSTO

A Europa precisa de um sistema fiscal justo que retire o ónus aos/trabalhadores/as e às pequenas empresas e faça com que quem polui, as multinacionais e os ultra-ricos paguem a sua quota-parte.

Estabeleceremos um nível mínimo para o imposto sobre as mais-valias na UE, a fim de reequilibrar a carga fiscal em detrimento dos/as trabalhadores/as. Colmataremos as lacunas do acordo da OCDE sobre o imposto mínimo sobre as sociedades e pressionaremos os Estados-Membros da UE a aplicarem o acordo a um nível mais elevado. As lacunas que permitem a evasão e a fraude fiscais dentro e fora da UE, bem como a fraude e o branqueamento de capitais, serão colmatadas. Lutaremos contra os paraísos fiscais, sejam eles na UE ou em qualquer outra parte do mundo.

A União Europeia precisa de mais recursos orçamentais para enfrentar os nossos desafios comuns. A Europa deve alargar o imposto sobre as emissões de carbono a novos setores poluentes, aplicar o princípio do poluidor-pagador em todos os setores e abolir as quotas livres antes da atual data de 2034. Aumentaremos o âmbito dos atuais impostos sobre os plásticos.

Insistiremos no aumento maciço da dimensão do Fundo Social Europeu para o Clima, a fim de garantir uma transição justa para os agregados familiares com baixos rendimentos.

Apelamos a um imposto sobre o património a nível da UE para combater a desigualdade e financiar a transição ecológica. Além disso, insistiremos na criação de um imposto europeu sobre as transações financeiras para gerar receitas e, ao mesmo tempo, travar a especulação. Tornaremos permanente o imposto europeu sobre as receitas inesperadas das empresas do setor da energia, a fim de evitar a obtenção de lucros em futuras crises energéticas, e aplicá-lo-emos também aos comerciantes de matérias-primas e aos bancos.

TORNAR O FINANCIAMENTO ECOLÓGICO MAIS REAL

Regulamentaremos os serviços financeiros para promover o investimento a longo prazo num futuro verde e social em detrimento da especulação a curto prazo. Lutaremos pela revisão da Taxonomia Verde para garantir que o gás e a energia nuclear não sejam rotulados como "sustentáveis". O gás fóssil e a energia nuclear não podem ser rotulados como limpos.

Os investimentos em novos projetos de extração de carvão, petróleo e gás e de energia a carvão, bem como as empresas que os desenvolvem, devem ser desincentivados. O desenvolvimento contínuo de atividades com elevadas emissões põe em causa os compromissos climáticos e ambientais da UE e aumenta os riscos financeiros.

Obrigaremos os intervenientes financeiros a adotar planos sólidos de transição climática para apoiar a sua transição económica e permitir uma transformação gradual. O seu conteúdo e implementação devem ser regulamentados, com políticas setoriais para as atividades com maiores emissões e métodos para estabelecer objetivos de descarbonização. Lutaremos para incluir todas as atividades



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

do setor bancário na Diretiva relativa à devida diligência em matéria de sustentabilidade das empresas, para que o setor bancário seja responsável pelo impacto dos seus investimentos nos direitos humanos, no ambiente e no clima.

UMA BANCA ESTÁVEL E INCLUSIVA PARA A EUROPA

Os agregados familiares não devem continuar a encher os bolsos dos atores financeiros que especulam com os alimentos, a energia e a habitação, nem a suportar as consequências dos colapsos financeiros. A UE precisa de concluir a sua união bancária, há muito esperada, e introduzir um sistema comum de seguro de depósitos.

O Banco Central Europeu deve oferecer um euro digital público para oferecer uma alternativa aos sistemas de pagamento privados, os mercados de criptomoedas devem ser devidamente regulamentados, incluindo os seus impactos ambientais, e o direito das pessoas a aceder e utilizar numerário deve ser protegido como uma questão de inclusão.

FECHAR O CICLO COM UMA ECONOMIA CIRCULAR

Produzir, consumir e deitar fora - a economia da nossa sociedade conduz à utilização de recursos para além dos limites do nosso planeta. Se não fizermos nada para alterar esta situação, em 2050, precisaremos de três Terras para satisfazer a nossa necessidade de matérias-primas. Este modelo linear alimenta a crise climática, a destruição ambiental e as violações dos direitos humanos na extração de recursos. Deixa as nossas cadeias de abastecimento vulneráveis a crises e as nossas economias e empresas dependentes das importações.

O desperdício deve tornar-se uma falha de conceção. Queremos construir uma economia totalmente renovável, totalmente circular e não tóxica até 2040, com objetivos claros e vinculativos e vias de transição para reduzir o consumo e a utilização de recursos até 2030.

Como a transição ecológica exige quantidades crescentes de metais, devemos adotar uma abordagem de suficiência e dar prioridade ao desenvolvimento de capacidades de transformação e reciclagem de materiais estratégicos.

Se a extração na UE se revelar necessária para garantir cadeias de abastecimento seguras e sustentáveis, temos de impor as mais elevadas normas ambientais e sociais. Não deve haver isenções à legislação da UE ou às condições relativas aos direitos humanos e ambientais, zonas de "não mineração" estritas e irreversíveis, e um esforço contínuo para melhorar as técnicas de extração e as condições de trabalho (incluindo a cobertura da saúde e da segurança) e proibir as mais prejudiciais. As comunidades afetadas - em especial a última comunidade indígena da Europa, o povo Sami - devem receber informação, participação, consentimento e compensação justa numa fase precoce.

ZERO RESÍDUOS É O MODELO DE NEGÓCIO DO FUTURO

A nossa visão é uma economia totalmente circular em que reutilizamos, reciclamos, partilhamos e reciclamos os nossos produtos para manter os materiais num ciclo fechado. Esta abordagem protege os recursos e o clima e permite poupar dinheiro aos consumidores, uma vez que os produtos duram mais tempo. A proteção do ambiente e do consumidor andam de mãos dadas. Como Verdes, vamos insistir na rápida implementação dos requisitos obrigatórios de sustentabilidade para os nossos produtos e na ação da UE para garantir a conformidade da indústria.

Combateremos a obsolescência prematura, incluindo a do software e a falta de possibilidade de reparação, que está a devastar o planeta e os orçamentos familiares. Asseguraremos que seja devidamente introduzido um direito à reparação eficaz e acessível, incluindo uma pontuação de



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

reparação a nível da UE e um mercado aberto de reparação para reparadores independentes e consumidores. Apoiaremos a criação de um mercado interno para os bens em segunda mão e a renovação. Queremos novas normas técnicas, como o carregador comum, que incentivem a durabilidade dos produtos e que abram caminho a uma sociedade sem resíduos, sem exportações de resíduos para países terceiros.

CONSTRUIR UMA ECONOMIA SOCIAL E COLABORATIVA

A nossa visão da economia é dinâmica e circular, em que as pequenas e médias empresas (PME), que constituem a espinha dorsal da economia europeia, prosperam a par de novos modelos de economias comunitárias, sociais e colaborativas.

As PME devem funcionar em condições de igualdade com as grandes empresas. Esforçamo-nos por evitar a burocracia e a regulamentação mais complexa, rígida ou onerosa do que o necessário para proteger o bem público. Promovemos as ferramentas digitais sempre que estas possam facilitar o cumprimento da legislação.

O poder dos contratos públicos sustentáveis deve ser desbloqueado para fomentar normas ecológicas e sociais elevadas e promover a negociação coletiva. A regulamentação europeia deve permitir modelos económicos alternativos, como as cooperativas, o financiamento coletivo, o empreendedorismo social e os bens comuns. Este terreno fértil para as iniciativas locais deve ser reforçado, com prioridade para os setores que enfrentam uma forte concorrência internacional, como os têxteis.

DIGITALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL PARA AS PESSOAS E O PLANETA

As tecnologias digitais são uma parte cada vez mais importante das nossas vidas; devem proteger os direitos dos indivíduos e servir o bem comum antes dos interesses das empresas privadas. Apanhada entre o capitalismo de vigilância dos EUA e o controlo estatal ao estilo da China, a Europa precisa de uma abordagem descentralizada e baseada nos direitos da digitalização para colher os seus benefícios.

Introduziremos um Espaço Europeu de Dados que abre utilizações anónimas de dados sociais que servem o bem comum, incluindo a luta pela justiça climática e a investigação médica. A interoperabilidade é fundamental para o êxito da política digital. O Quadro Europeu de Interoperabilidade é um bom ponto de partida, mas ainda não cria condições de igualdade. Vamos insistir na abertura da normalização aos criadores, à sociedade civil e às PME. O seu envolvimento deve ser compensado para que todos e todas possam participar em pé de igualdade neste processo.

Se for verdadeiramente aberta e com os direitos protegidos por legislação, a digitalização será uma oportunidade para os cidadãos e cidadãs europeias. A recente legislação da UE proporcionará maior escolha e transparência *online*, protegendo contra as violações dos direitos e liberdades. No entanto, a UE precisa de introduzir uma Lei da Equidade Digital para proteger os cidadãos e as cidadãs de práticas publicitárias intrusivas *online*.

Legislaremos no sentido de aumentar a reutilização e a reciclagem de dispositivos e componentes digitais na UE e de reduzir o consumo de energia associado ao processamento de dados e às criptomoedas, a fim de reduzir substancialmente a pegada material da Internet.

CONTINUAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE SUCESSO: PROTEGER OS CONSUMIDORES E CONSUMIDORAS EUROPEIAS

A forte proteção dos/as consumidores/as, como os direitos de roaming e os direitos dos/as passageiros/as, e as medidas de segurança dos produtos são êxitos importantes do mercado único.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Mas com a rápida evolução da economia, as elevadas normas da UE precisam de uma atualização urgente para proteger as pessoas, especialmente *online*.

Os/as consumidores/as devem gozar dos mesmos direitos *online* e *offline*. Com uma parte crescente do comércio eletrónico a envolver compras potencialmente inseguras diretamente a vendedores terceiros, apelamos a uma maior responsabilidade dos mercados *online* e a procedimentos de aprovação e teste alargados e coordenados por parte das autoridades aduaneiras e de fiscalização do mercado.

Como Verdes, vamos assegurar que as pessoas recebam informações claras e completas sobre o impacto ambiental dos produtos e serviços vendidos na UE, incluindo informações sobre o tempo de vida esperado do produto e a sua pegada ambiental. No mercado único, não deve haver consumidores/as de primeira ou de segunda classe. Os produtos comercializados da mesma forma em diferentes países europeus devem ter a mesma qualidade e composição. Os direitos dos/as consumidores/as devem ser plenamente respeitados em toda a UE.



CAPÍTULO II: A CORAGEM DE ENFRENTAR A EXTREMA-DIREITA - POR UMA EUROPA DA DEMOCRACIA, DO FEMINISMO E DOS DIREITOS HUMANOS

O Charlie só quer ser o Charlie. Nada mais. Porque é que é tão difícil para o mundo à sua volta aceitar o seu género?

A Zara sabe o que quer: acabar com as dores horríveis da endometriose. Encontrar um medicamento que possa ajudar tantas pessoas. Mas, por vezes, parece que as pessoas não conseguem ver para além da cor da sua pele, do seu apelido ou da sua escolha de roupa.

O Daniel quer gritar algo ao mundo. Está apaixonado por um homem. Quer sair à noite, passear pelas ruas de Sónia com o seu companheiro e levá-lo à festa de Natal da empresa.

No ano passado, a Mirna votou a favor de uma alternativa à corrupção, à intimidação e à manipulação no seu país, mas a democracia e o Estado de direito continuam a deteriorar-se. Em vez de ir trabalhar, Mirna manifesta-se todos os dias, juntamente com milhares de concidadãos/ãs, para promover a mudança.

O preconceito, a discriminação e as ameaças a processos democráticos justos continuam a travar as sociedades europeias. Mas nós podemos mudar esta situação. É preciso mudar.

A construção de uma União Europeia da democracia, da liberdade e dos direitos fundamentais é nossa.

O racismo nunca desapareceu. Por exemplo, o racismo antimuçulmano, o antissemitismo e o anticiganismo estão a aumentar. A discriminação e a exclusão continuam a ser demasiado comuns para as pessoas com deficiência, as pessoas que vivem na pobreza e outros grupos vulneráveis.

Nas fronteiras da Europa, há pessoas a morrer. As rotas migratórias do Mediterrâneo são as mais mortíferas do mundo. As pessoas que procuram segurança e proteção enfrentam cada vez mais detenções, expulsões brutais e ilegais e violência às mãos de contrabandistas e autoridades fronteiriças. A extrema-direita explora e aprofunda o seu sofrimento, arrastando os principais partidos para a direita e normalizando políticas de migração que são simultaneamente disfuncionais e insustentáveis.

Os partidos de extrema-direita estão a ganhar terreno com as suas táticas testadas e comprovadas de espalhar meias-verdades e fazer das minorias bodes expiatórios. Este retrocesso conservador está a trabalhar estrategicamente para fazer retroceder os nossos direitos e liberdades. Outra crença firme no projeto europeu, até os conservadores tradicionais estão a abrir a porta a forças antidemocráticas que ameaçam o Estado de direito.

Temos a coragem de enfrentar a extrema-direita para proteger os direitos e as liberdades de todos e todas.

Os Verdes defenderão a democracia e o Estado de direito e exigirão uma União Europeia diferente. Estamos convencidos de que a União Europeia precisa de estar mais unida para resolver os nossos problemas comuns. Apelamos a uma União Europeia federal com poderes acrescidos, uma democracia profunda e uma verdadeira transparência e responsabilidade.

Lutaremos contra o racismo e a exclusão em todas as suas formas. Garantiremos que ninguém pode tomar decisões sobre o nosso corpo. Exigimos um sistema de asilo justo que defenda os direitos humanos e a dignidade. Trabalhamos em prol de uma política de migração que reconheça o imenso contributo dos/as migrantes para as nossas sociedades. Acreditamos que as políticas funcionam melhor quando são moldadas pelas pessoas em causa. Estamos certos de que a



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

democracia não pode florescer sem um espaço cívico vibrante e sem atores e atrizes da sociedade civil com poder. Defendemos a independência judicial e a liberdade de imprensa.

A União Europeia foi fundada para proteger a paz e a democracia e defender a liberdade, os direitos e a justiça.

Vamos tornar essa promessa fundadora uma realidade para todos e todas.



O PRÓXIMO PASSO NECESSÁRIO: UMA EUROPA UNIDA PRONTA PARA O ALARGAMENTO

Para enfrentar os grandes desafios do nosso século, desde a transição ecológica até à luta contra as crescentes desigualdades e à proteção da democracia, a União Europeia deve reformar os seus Tratados e avançar para uma Europa federal capaz de agir e de acolher novos membros.

Na Conferência sobre o Futuro da Europa, os cidadãos e cidadãs europeias deixaram uma mensagem clara de que apoiam novos tratados que confirmem maiores competências à UE. Apelaram ao aprofundamento da democracia europeia, com mais poderes para o Parlamento Europeu, o fim dos vetos nacionais, um maior orçamento da UE e competências mais fortes da UE em questões fundamentais como a saúde, a fiscalidade e a proteção social. Enquanto Verdes, apoiamos as suas propostas.

ALARGAR A DEMOCRACIA NO CORAÇÃO DA EUROPA

Defendemos uma Europa federal, uma democracia supranacional de pleno direito capaz de produzir resultados.

A necessidade de unanimidade entre os Estados-Membros europeus em matérias que vão desde a política fiscal e externa à luta contra a discriminação e aos procedimentos do artigo 7.º para proteger a democracia impede a UE de tomar decisões para o bem comum.

O Parlamento Europeu deve ter o direito de propor legislação e igual poder orçamental. O Conselho da União Europeia deve atuar como uma segunda câmara para a elaboração da legislação da UE e não como um local para regatear acordos intergovernamentais a altas horas da noite. O Presidente da Comissão Europeia deve ser proposto pelo Parlamento Europeu.

O atual orçamento da UE é manifestamente insuficiente para fazer face aos desafios que a Europa enfrenta. Apoiado pelos seus próprios recursos, tais como os impostos fósseis e sobre a riqueza a nível da UE, o orçamento da UE deve ser aumentado significativamente, com um papel alargado do Parlamento Europeu e da sociedade civil no controlo das despesas da UE. As competências da UE devem ser alargadas para garantir a sua capacidade de ação. Esta democracia verdadeiramente transnacional deve também garantir uma cidadania europeia baseada na residência.

Para que a Europa possa dar este passo tão necessário, é fundamental um mandato democrático dos cidadãos e cidadãs. É por esta razão que um processo constituinte inclusivo a nível da UE deve conduzir a estas alterações ao Tratado.

As alterações ao Tratado devem então ser ratificadas através de um referendo à escala europeia, de acordo com um sistema de dupla maioria dos votos expressos: em toda a Europa e numa maioria de Estados-Membros.

Vamos criar uma cooperação reforçada se alguns Estados-Membros tentarem travar o progresso. As cooperações reforçadas permitirão uma transição ecológica e social ambiciosa desde já, sem esperar pela alteração do Tratado.

DAR VIDA À EUROPA COM A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E DAS CIDADÃS

A participação e o empenhamento do público reforçam a União Europeia. As instituições da UE devem tomar medidas para tornar a votação nas eleições da UE mais acessível, incluindo para as pessoas com deficiência. Para aumentar a participação democrática, queremos que a votação *online* seja testada para as eleições europeias de 2029, pelo menos para os cidadãos europeus móveis. As listas transnacionais para o Parlamento Europeu devem ser introduzidas juntamente com



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

as listas nacionais, criando um círculo eleitoral único adicional a nível da UE para o qual os cidadãos e as cidadãs elegem um grande número de deputados e deputadas europeias.

Uma vez que a democracia não se limita às eleições, os Verdes defenderão a introdução de painéis de cidadãos e cidadãs para tornar as escolhas políticas da UE mais inclusivas. O quadro para as petições e, especificamente, a Iniciativa de Cidadania Europeia deve ser reforçado para abrir mais canais para os cidadãos e as cidadãs influenciarem a política da UE e obrigar as instituições europeias a responder com propostas legislativas. Deve ser introduzido um quadro para a realização de referendos à escala da UE.

MAIS FORTES JUNTOS: O ALARGAMENTO DA UNIÃO

Muitas pessoas na vizinhança europeia anseiam por se tornarem cidadãos da UE, acima de tudo com a Ucrânia a lutar pelos nossos valores e pela segurança europeia. A nossa União baseia-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos. A União Europeia promete paz, justiça, valores partilhados e prosperidade e cada membro, antigo e novo, é responsável por defender estes princípios e objetivos.

Há muito que se impõe um novo impulso para o alargamento. A UE sempre foi um projeto com implicações geopolíticas. Uma vez que a UE assenta em regras e valores partilhados, contribui para tornar as fronteiras menos importantes. O alargamento da UE é, assim, a melhor perspetiva para uma paz e uma segurança duradouras na Europa.

Todos os países europeus que se esforçam por fazer parte ou voltar a fazer parte da UE e que partilham os nossos valores devem ser bem-vindos no caminho para a adesão à UE e receber todo o apoio de que necessitam para cumprir os critérios.

CUMPRIR AS NOSSAS PROMESSAS: UM CAMINHO PARA A ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia tem de cumprir as suas promessas aos países candidatos: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Ucrânia e Geórgia. Apoiamos os esforços do Kosovo para se tornar candidato à adesão à UE. Apoiamos estes países nos seus esforços para cumprir os critérios de Copenhaga, sendo que os critérios relativos à democracia e ao Estado de direito devem ser tratados como uma prioridade.

O acesso ao mercado único e ao orçamento da UE exige o cumprimento destes critérios e o progresso no processo deve basear-se no mérito. Como Verdes, acreditamos que a UE deve trabalhar mais estreitamente com a sociedade civil no processo de adesão. Trabalharemos para ultrapassar a unanimidade no Conselho que atualmente impede a adesão.

O futuro da Ucrânia está na União Europeia. Apoiamos as autoridades ucranianas na introdução das reformas necessárias para a adesão à UE. A assistência da UE à Ucrânia deve, na medida do possível, permitir uma reconstrução e recuperação resistentes às alterações climáticas, assentes em energias renováveis, infraestruturas modernas e uma economia sustentável e inclusiva.

O acolhimento de novos membros deve constituir um impulso vital para a realização de reformas internas que facilitem à UE a tomada de decisões de forma eficiente e eficaz. Cada país candidato deve poder seguir o seu próprio caminho para a UE, independentemente do progresso dos outros países candidatos.

ATUAR RAPIDAMENTE EM PROL DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO

Um dos maiores golpes para o progresso europeu nos últimos anos tem sido o desenvolvimento de tendências autoritárias no coração da Europa. Os cidadãos e cidadãs dos países afetados são



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

cidadãos e cidadãs da UE e a UE tem de defender os seus direitos contra a tomada de poder por parte dos governos. Queremos uma ação rápida para pôr termo às violações do direito comunitário pelos Estados-Membros através de processos por infração. Para tal, é necessário um calendário claro, nomeadamente para o procedimento previsto no artigo 7.º.

Introduziremos um exame anual dos valores fundamentais para controlar, aplicar e sancionar a violação dos valores fundamentais em toda a UE.

Temos de assegurar que os fundos da UE reforcem a prosperidade, a democracia e o Estado de direito e não desapareçam nos bolsos dos autocratas e dos seus amigos. Fizemos progressos importantes no sentido de dotar a UE de melhores instrumentos para o fazer, mas estes têm de ser plenamente aplicados.

O acesso à justiça deve tornar-se uma realidade para todas as pessoas na União Europeia. É essencial que os grupos vulneráveis, como as pessoas com baixos rendimentos e de comunidades marginalizadas, possam aceder ao seu direito de procurar respostas e soluções para a injustiça.

LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO! A POLÍTICA TEM DE SER TRANSPARENTE E RESPONSÁVEL

A confiança dos cidadãos e das cidadãs na democracia assenta na integridade política. A transparência e a responsabilização são essenciais para o controlo democrático e a supervisão pública. Quando a confiança nos/as políticos/as e nas instituições democráticas está seriamente ameaçada, temos de agir.

O escândalo do Qatargate mostrou que as instituições da UE não estão equipadas para prevenir a corrupção e a má conduta em massa. Em vez de mais um órgão consultivo, as instituições da UE precisam de uma Autoridade de Ética independente, com poderes e recursos para investigar e sancionar condutas pouco éticas e abusos de poder. Precisamos de legislação abrangente sobre as atividades de lobbying a nível da UE, incluindo um registo de transparência obrigatório na UE.

As instituições da UE devem tornar-se mais transparentes, nomeadamente através da publicação pró-ativa de todos os documentos relativos à legislação em curso. Estes documentos devem também incluir as posições dos Estados-Membros, uma vez que continua a ser praticamente impossível para os cidadãos e as cidadãs compreenderem como são tomadas as decisões no Conselho.

Os membros e os quadros superiores das instituições da UE devem declarar os seus bens de forma transparente, tal como exigido em muitos Estados-Membros, e não devem ser autorizados a ter atividades paralelas remuneradas para organizações de lobbying.

A corrupção e a má utilização do orçamento da UE comprometem todo o projeto europeu. Apoiamos os organismos responsáveis pela proteção dos interesses financeiros da UE, o OLAF e o Ministério Público Europeu, e apelamos a maiores recursos para os esforços de combate à corrupção.

UMA UNIÃO DE DIREITOS E LIBERDADES: PARA UM FUTURO VERDADEIRAMENTE FEMINISTA E ANTIRRACISTA

Como Verdes, queremos construir um mundo onde todos vivamos livres de violência, racismo, sexismo, *queerfobia* e coerção. Lutamos por um mundo onde possamos decidir sobre os nossos corpos, onde possamos amar quem quisermos amar e onde a justiça racial se torne finalmente uma realidade. Este mundo é possível e não deixaremos de lutar por ele. Quanto mais duros forem os ataques, mais convictos, compassivos e determinados seremos.



DIREITOS IGUAIS PARA TODOS E TODAS

Lutamos pela igualdade de direitos para todos e todas. É por isso que queremos que a Carta dos Direitos Fundamentais seja diretamente aplicável aos cidadãos e cidadãs europeias e que os direitos fundamentais sejam competências diretas da UE.

Apelamos a uma avaliação global do quadro antidiscriminação da UE, reconhecendo a necessidade de uma abordagem intersetorial e abrangente. Para combater eficazmente a discriminação contra as comunidades racializadas e garantir a igualdade de direitos e de tratamento para todos e todas, a Diretiva Horizontal Antidiscriminação precisa de uma atualização importante. Já passaram 15 anos desde que foi introduzida pela primeira vez.

ACABAR COM O PATRIARCADO!

As mulheres não são todas iguais e compreender a sua diversidade é fundamental para combater a desigualdade e a discriminação.

Uma Europa feminista deve garantir políticas que assegurem a independência financeira das mulheres, nomeadamente através da abolição dos regimes fiscais que discriminam as mulheres e da eliminação das disparidades salariais entre homens e mulheres através de medidas vinculativas para as empresas e as autoridades públicas.

Exigimos um acesso universal e equitativo às estruturas de acolhimento de crianças. Apelamos à revisão da Diretiva relativa ao equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e da Diretiva relativa à licença de maternidade, a fim de avançar no sentido de licenças de maternidade e de paternidade totalmente remuneradas e de igual duração.

A integração da perspetiva de género deve garantir que o dinheiro europeu beneficia homens e mulheres de forma igual. Defendemos um mecanismo de paridade vinculativo para as listas nas eleições europeias e o equilíbrio de género na tomada de decisões da UE, incluindo para os cargos de topo. A Comissão Europeia e o Conselho precisam de pastas específicas para os direitos das mulheres e a igualdade de género.

O NOSSO CORPO, OS NOSSOS DIREITOS!

Lutamos para expandir a liberdade reprodutiva. A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito ao aborto seguro, são direitos fundamentais. Fazem parte dos tratados da UE - como princípios e competências fundamentais da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais diretamente aplicável. O aborto seguro e legal deve estar disponível em todos os Estados-Membros da UE. A interrupção voluntária da gravidez é um serviço de saúde essencial.

Opomo-nos à regressão devastadora dos direitos reprodutivos em todo o mundo. Ninguém deve ser criminalizado por procurar ou aceder a serviços de aborto. As mulheres devem ter acesso a abortos médicos. Como Verdes, defendemos o fornecimento de contraceptivos gratuitos e de alta qualidade para todos e todas. Os/as jovens têm o direito a uma educação sexual abrangente.

ACABAR COM A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

Todas as mulheres e jovens em toda a Europa, incluindo as marginalizadas com base na raça, género, identidade de género, idade, características sexuais, orientação sexual, deficiência, classe ou estatuto de migração, têm o direito de viver uma vida livre de violência. A violência baseada no género é uma violação brutal dos direitos humanos e uma expressão das relações de poder desiguais nas nossas sociedades.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Continuamos a nossa luta inabalável por uma legislação comunitária abrangente que previna, responda e acabe com a violência de género *online* e *offline* em toda a UE e que a aborde numa perspetiva interseccional e estrutural. Os Verdes enfatizam o papel das comunidades na prevenção de danos e no reforço dos direitos das vítimas com apoio especializado, acesso à justiça e proteção das vítimas, com especial atenção às comunidades marginalizadas. Todos os estados membros da UE devem ratificar a Convenção de Istambul. A UE deve acrescentar a violência baseada no género à lista de crimes da UE.

ORGULHO, RESPEITO E IGUALDADE PARA AS PESSOAS LGBTQIA+

Uma estratégia renovada para a igualdade das pessoas LGBTQIA+ deve garantir que as pessoas trans, intersexuais e não binárias também sejam protegidas pelo quadro jurídico da UE, colmatando as lacunas legislativas nos domínios da não discriminação e dos crimes de ódio. Queremos acabar com a mutilação genital intersexo. Defendemos o reconhecimento legal do género com base na autodeterminação e no acesso a cuidados de saúde específicos para pessoas trans. A União Europeia deve agir politicamente para proibir em toda a UE a chamada "terapia de conversão" e a esterilização forçada de pessoas transgénero. As famílias arco-íris e os seus direitos devem ser protegidos em toda a UE, incluindo a plena aplicação da liberdade de circulação sem perda de direitos.

LUTAR CONTRA O RACISMO E A EXCLUSÃO

O racismo na Europa não é apenas um problema de atitudes individuais, é um desafio estrutural e sistémico que deve ser tratado como tal. A justiça racial deve ser integrada em todas as políticas da UE, com base numa participação significativa de todas as comunidades étnicas e raciais, a fim de garantir que as suas experiências vividas sejam tidas em conta.

O antissemitismo e o racismo antimuçulmano estão a aumentar. A UE deve ser segura para que todos e todas possam viver. Protegeremos as comunidades judaicas e muçulmanas e exigiremos o fim de todas as formas de discriminação.

Asseguraremos a aplicação do Plano de Ação da UE contra o Racismo e trabalharemos no sentido da sua renovação para 2025, com financiamento adequado e um órgão consultivo da sociedade civil. Os planos de ação nacionais devem ser obrigatórios para todos os Estados-Membros.

É um problema democrático o facto de 96% dos/as deputados/as do Parlamento Europeu serem brancos. Como Verdes, trabalhamos no sentido de ter candidatos/as de comunidades racializadas em lugares elegíveis. Encorajamos ativamente os Verdes racializados e de minorias étnicas a candidatarem-se ao Parlamento Europeu.

AS VOZES DOS/AS JOVENS SÃO IMPORTANTES: MAIS DIREITOS, MAIS REPRESENTAÇÃO

Lutamos pelo voto a partir dos 16 anos em todas as eleições na Europa e pelo direito de candidatura a partir dos 18 anos, a começar pelas eleições europeias. Enquanto Verdes europeus, trabalhamos para que os/as jovens candidatos/as ocupem lugares elegíveis nas listas dos partidos.

A legislação da UE tem de trabalhar para os/as jovens. A União Europeia tem de apoiar a adoção de uma Convenção Internacional sobre os Direitos dos/as Jovens. Os métodos de consulta, como os diálogos anuais com as organizações representativas dos/as jovens e as ágoras de cidadãos/ãs jovens, devem ser institucionalizados e as avaliações de impacto legislativo devem incluir sistematicamente os/as jovens. Os fundos da UE devem financiar corretamente as organizações de jovens.



NÃO AO PRECONCEITO DE IDADE

A idade não deve ser um obstáculo a uma vida plena e ativa, mas, com demasiada frequência, as pessoas idosas são prejudicadas pela discriminação e exclusão baseadas na idade. As pessoas mais velhas estão entre os grupos sociais mais expostos ao risco de pobreza e de exclusão digital. Enquanto Verdes, tomaremos uma posição contra o envelhecimento nas políticas europeias. As pessoas muito idosas constituem o grupo demográfico que regista o crescimento mais rápido na Europa e temos de ser resilientes. Apoiamos medidas que promovam a inclusão das pessoas idosas e a sua participação em questões políticas, como a adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da OMS.

Exigimos pensões justas para todas as pessoas idosas da UE. Isto inclui também a garantia de liberdade de circulação para as pessoas com pensões de rendimento garantido, para que possam aceder às suas pensões onde quer que vivam na UE. Queremos pensões à prova de pobreza para todas as pessoas idosas da UE a partir da idade da reforma. Ao mesmo tempo, encorajamos abordagens que permitam períodos de transição entre a aprendizagem, o trabalho, a assistência à família, os períodos de desemprego, o tempo livre e a reforma nas diferentes fases da vida de um indivíduo.

Queremos serviços de cuidados sólidos que beneficiem o bem-estar das pessoas com necessidades de cuidados prolongados, bem como das suas famílias e comunidades. A justiça intergeracional não é apenas um conceito: o intercâmbio entre gerações deve estar ancorado nos nossos sistemas educativos e também, de forma mais ampla, nas atividades comunitárias.

POR UMA EUROPA ACESSÍVEL A TODOS E TODAS

As pessoas com deficiência na União Europeia devem poder participar plenamente na vida política, social e pública, incluindo no emprego. Insistiremos na monitorização e aplicação efetiva da legislação europeia em matéria de acessibilidade e na introdução de um cartão de deficiente reconhecido em toda a UE. A UE deve começar a recolher dados desagregados por género, idade e tipo de deficiência para avaliar o impacto das políticas da UE e acompanhar os progressos na inclusão das pessoas com deficiência em geral.

UMA UNIÃO DE DIREITOS E LIBERDADES: PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS E TODAS

A proteção dos direitos de todos e todas é uma batalha fundamental contra a extrema-direita. Por toda a Europa, a extrema-direita está a instrumentalizar a migração para espalhar o medo e o ressentimento. Querem fazer retroceder os direitos e as liberdades das mulheres e das pessoas da comunidade [LGBTQIA+](#), bem como das pessoas racializadas. Estamos a lutar contra este retrocesso, defendendo resolutamente a democracia, a liberdade e os direitos humanos.

DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS COM UM SISTEMA DE ASILO HUMANO

Defendemos um sistema de asilo justo que defenda os direitos humanos e a dignidade, baseado na solidariedade e na partilha de responsabilidades. Estamos convencidos de que, quando existe vontade política, a União Europeia pode enfrentar os desafios humanitários e proteger as pessoas que procuram segurança com humanidade. Como defendemos os princípios fundamentais da União Europeia, o direito de asilo não está em negociação.

Queremos trabalhar no sentido de um sistema de asilo humano com procedimentos rápidos e descentralizados. Os Estados-Membros devem partilhar equitativamente a responsabilidade pelos pedidos de asilo. Para nós, é claro que precisamos de um mecanismo de recolocação obrigatório. Os partidos de todo o espectro político deixaram-se arrastar para políticas de migração de extrema-direita, como infelizmente reflete o novo Pacto de Migração e Asilo da UE. A utilização bem



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

sucedida da Diretiva relativa à proteção temporária em resposta à situação dos refugiados causada pela guerra na Ucrânia deve ser reproduzida.

Apelamos à concessão de vistos da UE aos defensores dos direitos humanos e do ambiente. O nosso objetivo é proporcionar proteção jurídica às pessoas deslocadas à força devido à crise climática e às catástrofes ambientais. Isto inclui vistos climáticos que permitam às vítimas de catástrofes naturais procurar proteção e segurança na União Europeia e apoiar processos que impeçam a apatridia causada pela crise climática. A vulnerabilidade específica dos requerentes de asilo LGBTQIA+ deve ser tida em conta.

ACABAR COM A CRIMINALIZAÇÃO DAS PESSOAS ITINERANTES

Tem havido uma escalada intolerável de violência contra pessoas que procuram proteção. Temos de acabar com a violência, a tortura e os tratamentos desumanos e degradantes nas fronteiras da Europa. As expulsões ilegais nas fronteiras da UE têm de acabar.

A legislação da UE que harmoniza as normas relativas aos procedimentos de asilo, às condições de acolhimento e às salvaguardas deve ser aplicada. Não podemos aceitar prisões, maus-tratos e abusos contra pessoas que procuram proteção e uma vida melhor na UE.

O RESGATE NÃO É UM CRIME

Apelamos a uma Missão de Busca e Resgate no Mediterrâneo financiada e liderada pela UE e ao reforço do mandato e da responsabilidade humanitária da Frontex. Pretendemos um maior controlo da agência também através dos parlamentos nacionais, juntamente com o Parlamento Europeu. Queremos acabar com a criminalização da assistência humanitária e com o uso prolífico de estados de emergência para limitar o acesso ao asilo e os direitos legítimos de controlo por parte da sociedade civil e dos meios de comunicação social. As pessoas não devem ser presas pelo simples facto de pedirem asilo. Os requerentes de asilo devem ter acesso garantido a assistência jurídica.

SEM ACORDOS SUJOS COM DITADORES

Opomo-nos veementemente aos chamados "acordos de migração", como o que foi celebrado com a Tunísia, em que a UE paga a países terceiros para manterem os/as migrantes afastados. Qualquer cooperação com países terceiros em matéria de migração deve ser objeto de uma avaliação de direitos humanos. Condicionar a cooperação para o desenvolvimento com países terceiros à "gestão da migração" não é ético. Não podemos aceitar que os/as refugiados/as e os/as migrantes sejam explorados/as para obter ganhos geopolíticos. O tráfico de seres humanos nunca deve ser uma arma de guerra híbrida.

UMA POLÍTICA DE MIGRAÇÃO JUSTA PARA BENEFÍCIO DE TODOS E TODAS

Ao longo da história, as pessoas sempre se deslocaram de um sítio para outro. A migração é tão antiga como a história e temos de regressar a este pragmatismo. A migração pode ser benéfica para todos e todas. Pode ajudar a resolver a escassez de mão de obra, que constitui hoje um desafio económico fundamental. Os/As migrantes dão um contributo essencial para a economia europeia e enriquecem a nossa cultura, as nossas comunidades e a nossa vida quotidiana.

A criação de canais legais e acessíveis para a migração é uma condição prévia necessária para acabar com o tráfico e a exploração de seres humanos. Queremos desenvolver um novo e abrangente Código de Migração, que preveja oportunidades de visto para o reagrupamento familiar e para o trabalho em diferentes níveis de qualificação. Deverá também permitir que os/as migrantes que já se encontram na UE alterem o seu estatuto, por exemplo, de estudante para trabalhador/a. Queremos facilitar o trabalho e a integração dos recém-chegados através do acesso à educação, do apoio linguístico e de oportunidades de emprego.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Para evitar a exploração dos/as trabalhadores/as migrantes, é necessário garantir o acesso à justiça em todos os países da UE. Apelamos a uma campanha abrangente para regularizar os "sans-papiers" de longa duração que vivem nos países da UE. Independentemente do seu estatuto, as pessoas que vêm para a União Europeia para construir uma vida devem gozar de direitos sociais, culturais, económicos e cívicos iguais, incluindo a liberdade de circulação, o direito ao trabalho e à proteção social e o acesso aos cuidados de saúde e à educação.

LUTAR CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E A EXPLORAÇÃO LABORAL

Queremos combater o tráfico de seres humanos e a exploração laboral na UE. Queremos proteger as vítimas, por exemplo, através de programas de proteção e de direitos de residência. Através do reconhecimento da universalidade dos direitos laborais, podemos combater eficazmente a exploração laboral grave, que pode resultar no tráfico de seres humanos. Todos/as os/as trabalhadores/as, independentemente do seu estatuto de residência, têm direitos que os/as protegem de abusos laborais ilegais ao abrigo dos direitos das vítimas e da legislação anti-tráfico da UE. Estes direitos devem tornar-se uma realidade.

PARA UM MUNDO DIGITAL JUSTO E SEGURO

Como o mundo digital se tornou parte integrante das nossas vidas, as mesmas liberdades e proteções que existem offline devem existir nos espaços *online*. Impedir a propagação do ódio *online* é fundamental para garantir que certos grupos não sejam excluídos da arena política. Combater a desinformação é essencial para o funcionamento e a confiança nas instituições democráticas.

A UE fez progressos na luta contra a desinformação e na regulação das plataformas com a Lei dos Serviços Digitais. Agora, as suas disposições têm de ser aplicadas. As plataformas *online* devem proteger os conteúdos legais e estar sujeitas ao controlo público e à transparência na remoção de conteúdos ilegais.

As mulheres e as pessoas racializadas são vítimas de uma quantidade desproporcionada de ódio *online*. A Internet deve estar livre de discursos ilegais de ódio e de discriminação. A UE deve usar os seus poderes para tornar as manifestações de ódio particularmente nocivas passíveis de serem consideradas crimes na UE, com regras mínimas relativas à sua definição e às sanções correspondentes. Queremos apoiar as plataformas, as organizações da sociedade civil e as iniciativas dos meios de comunicação social que promovem a literacia mediática e as estratégias anti-ódio.

O RGPD está a proteger o nosso direito à privacidade, mesmo contra a vigilância governamental. Vamos defender o direito de não sermos monitorizados. A UE deve liderar a batalha global contra a vigilância em massa. A legislação adequada da UE deve proteger os cidadãos e as cidadãs contra o abuso de *spyware* e impedir os Estados-Membros de se esquivarem à responsabilidade, invocando a segurança nacional.

COLOCAR O SER HUMANO NO CENTRO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A inteligência artificial encerra um potencial fundamental, mas pode também criar desafios significativos para a sociedade. Para fazer face a quaisquer riscos, aplicaremos o princípio de que os seres humanos devem permanecer no controlo dos sistemas de IA e que estes sistemas respeitem a autonomia, a dignidade e a autoridade de decisão dos seres humanos. A inteligência artificial deve trabalhar para as pessoas, a sociedade e o planeta, e não para os Estados de vigilância ou o capitalismo tecnológico.

Por isso, devem ser impostos limites rigorosos. As práticas mais antiéticas e antidemocráticas da UE, como a vigilância biométrica em massa, os sistemas de IA que reconhecem emoções, género ou



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

orientação sexual e o policiamento preditivo baseado em IA não devem ser permitidos. As leis de não discriminação e as leis de proteção de dados devem ser reforçadas e aplicadas para garantir que os sistemas de IA não discriminem as comunidades racializadas. Os esforços de segurança cibernética devem ser aumentados para evitar ataques de *hackers* baseados em IA, com ênfase especial na proteção de infraestrutura crítica. A conceção e a utilização de sistemas de IA devem ser transparentes. Aplicações como os *deepfakes* e os *chatbots* devem ser claramente identificadas como tal.

Queremos também garantir que a IA promova e não prejudique o Pacto Ecológico com disposições ambientais fundamentais. No local de trabalho, os/as trabalhadores/as devem ter sempre a possibilidade de se desligarem dos sistemas de IA. A legislação em matéria de direitos de autor deve ser devidamente aplicada no contexto dos modelos de IA para proteger plenamente os criadores de conteúdos. Apoiamos o conceito de "dignidade dos dados", o que significa que os dados gerados por ações humanas não podem ser recolhidos gratuitamente por criadores comerciais de IA, mas pertencem, acima de tudo, aos seres humanos que os criaram.

PARA UM ESPAÇO CÍVICO FORTE E DINÂMICO

As organizações da sociedade civil (OSC) estão no centro de qualquer democracia. É por isso que queremos torná-las fortes e verdadeiramente europeias. Apelamos a um mecanismo da UE para proteger a sociedade civil, os/as ativistas e os/as defensores/as de todas as formas de ataques, discriminação e assédio. Um mecanismo da UE deve permitir que as OSC denunciem estes ataques, nomeadamente através de um sistema de alerta precoce. Deverá também ser garantido um financiamento adequado, tanto a nível da UE como a nível nacional.

São essenciais medidas de apoio a um diálogo regular, significativo e estruturado com a sociedade civil durante os processos legislativos. Introduziremos um estatuto para as associações transfronteiriças europeias e as organizações sem fins lucrativos. Defendemos um diálogo civil a nível da UE, segundo o modelo do diálogo social, entre as OSC e as instituições da UE.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL LIVRES E INDEPENDENTES PARA A EUROPA

A concentração dos meios de comunicação social atingiu níveis alarmantes, ameaçando a independência editorial e económica. A proteção das fontes jornalísticas é dificultada por leis antiterroristas abrangentes e por medidas de vigilância em massa de grande alcance. As ações por difamação e os processos judiciais abusivos tornaram-se métodos fundamentais para amordaçar os jornalistas de investigação.

Precisamos de um quadro comunitário para evitar a concentração dos meios de comunicação social e permitir que os jornalistas trabalhem livremente. O jornalismo de investigação precisa de salvaguardas específicas. O jornalismo livre e independente nunca deve ser uma questão de recursos financeiros necessários. Queremos acompanhar de perto a aplicação da legislação da UE, em particular a legislação da UE em matéria de direitos de autor, segredos comerciais, o regulamento relativo à proteção de dados e a Diretiva relativa aos serviços de comunicação social audiovisual, a fim de garantir que não sejam objeto de abusos. Trabalharemos para a correta aplicação da futura Lei da Liberdade de Imprensa e da diretiva anti-SLAPPs (Ações Judiciais Estratégicas contra a Participação Pública, em inglês Strategic Lawsuits against Public Participation).

Apoiamos o aparecimento de meios de comunicação social pan-europeus e de conteúdos de qualidade sobre assuntos europeus, cidadania europeia e identidade europeia, como elementos fundamentais para um espaço cívico e de informação europeu partilhado, que dissipe os mitos relacionados com a UE e crie um sentimento de pertença à Europa.



A CULTURA COMO FAÍSCA DA MUDANÇA

A arte e a cultura são alguns dos instrumentos mais poderosos da sociedade para contar histórias, mudar mentalidades e criar solidariedade. O nosso rico património cultural e o nosso ambiente artístico diversificado e vibrante são características fundamentais do que une a Europa e a torna única e atraente. Como Verdes, acreditamos no valor da expressão artística em si mesma e como parte essencial da nossa democracia. Acreditamos também que os mundos da cultura e da criatividade podem desempenhar um papel político importante, ajudando-nos a imaginar soluções para os desafios do nosso tempo. Queremos apoiar a liberdade de expressão cultural através de financiamento público e defendendo-a contra os ataques das forças de extrema-direita.

A capacidade de produzir em conjunto é um aspeto verdadeiramente transformador do programa Europa Criativa. É essencial continuar a apoiar a produção e a distribuição da arte e da cultura produzidas em toda a Europa, nomeadamente apoiando a experimentação e a diversidade de expressões e formas de organização.

Insistiremos numa estratégia da UE para envolver os setores culturais no nosso Pacto Verde e Social e em qualquer processo constituinte sobre o futuro da Europa. A diplomacia e o intercâmbio culturais devem fazer parte do processo de adesão de todos os países que pretendem aderir à UE.

Aprendendo as difíceis lições da pandemia, apelamos a normas europeias comuns em matéria de emprego, garantias sociais e condições de trabalho nos setores cultural e criativo. Queremos criar um Estatuto do Artista Europeu que estabeleça um quadro comum para garantir boas condições de trabalho e normas mínimas para os artistas e trabalhadores culturais em todos os Estados-Membros, em especial no que respeita às plataformas de *streaming*.

DEFENDER O ESPAÇO SCHENGEN, USUFRUIR DA LIVRE CIRCULAÇÃO

A liberdade de circulação - o direito de as pessoas viajarem e circularem livremente e sem entraves na União Europeia - tocou e moldou a vida dos cidadãos da UE como nenhuma outra conquista. Milhões de pessoas construíram vidas e relações em países da UE diferentes do seu e outros milhões atravessam regularmente as fronteiras nacionais em busca de oportunidades profissionais e de lazer.

Como nos recordaram os controlos fronteiriços durante a pandemia, os dias das filas nas fronteiras estão felizmente ultrapassados. É nossa intenção mantê-los assim. As instituições europeias devem agir para inverter o reaparecimento constante e a manutenção ilegalmente ilimitada dos controlos fronteiriços no espaço Schengen, especialmente com base na justificação da migração. Enquanto membros da UE que cumpriram todos os requisitos para a adesão ao espaço Schengen, a Bulgária e a Roménia devem ser bem-vindas, para que os seus cidadãos e cidadãs possam usufruir de todos os seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs da UE.

POLICIAMENTO SEM PRECONCEITOS

Ninguém na União Europeia está acima da lei, incluindo a polícia e os serviços de segurança. Este princípio fundamental, que protege os direitos fundamentais de todos e todas, é regularmente posto em causa, como se pode ver nos casos demasiado frequentes de brutalidade policial.

Para proteger os direitos dos grupos racializados que correm um risco desproporcionado de violência policial e de definição de perfis, a Diretiva da UE relativa à igualdade racial deve ser atualizada de modo a abranger explicitamente o policiamento e a violência institucional. Com o direito de protesto cada vez mais ameaçado, defenderemos o direito de reunião e de manifestação pacífica em conformidade com o direito internacional e europeu.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

UMA LUTA EUROPEIA CONTRA A CRIMINALIDADE ORGANIZADA

O crime organizado prejudica as nossas democracias, põe vidas em risco e destrói ambientes locais. Como o crime organizado é transnacional, só pode ser combatido através da cooperação europeia. Apoiamos as políticas que melhoram o intercâmbio e os fluxos de informação entre a polícia europeia e os serviços de informação, e criaríamos um programa de intercâmbio de agentes policiais à escala europeia.



CAPÍTULO III: CORAGEM PARA ASSUMIR RESPONSABILIDADES - CONSTRUIR UMA UNIÃO DE SEGURANÇA, PAZ E JUSTIÇA MUNDIAL

A Yulia deixou a sua quinta quatro meses após o início dos combates. A colheita sempre foi a melhor altura do ano, mas este ano era demasiado perigosa. De qualquer forma, não havia lugar para onde os cereais pudessem ir.

O bloqueio russo foi uma tragédia para a Yulia, tal como foi para os milhões de pessoas que dependiam das exportações de produtos alimentares ucranianos em todo o mundo. Tal como a economia ucraniana foi moldada pelas necessidades russas ao longo dos séculos, o comércio injusto e as sequelas do colonialismo significam que regiões inteiras não conseguem satisfazer as suas próprias necessidades alimentares. As vagas de calor e as secas agravam esta má situação.

Precisamos de uma transição global justa, porque o nosso futuro é o futuro de todos e todas e o futuro de todos e todas é o nosso futuro. A paz, a prosperidade e a sustentabilidade andam de mãos dadas. O mundo não pode ter um e ignorar outro.

A insegurança e os conflitos estão a aumentar, desde guerras a tentativas de genocídio, enquanto os regimes autocráticos põem em perigo os valores democráticos e o diálogo internacional.

A invasão russa em grande escala da Ucrânia foi um ponto de viragem na história do nosso continente e do mundo. Viola a regra do direito internacional, a paz e a segurança.

Como Verdes, mantemo-nos firmes na nossa solidariedade e apoio incondicional à Ucrânia e na continuação do apoio financeiro e militar. A luta do povo da Ucrânia pela liberdade, pela paz e pela adesão à União Europeia é a nossa luta.

Não se trata apenas da Ucrânia. A nível mundial, a paz e a segurança estão ameaçadas. Há conflitos dolorosos no Médio Oriente, no Cáucaso, no Sahel e na África Central.

As tensões crescentes e a redução do espaço para a democracia e a sociedade civil ameaçam a integridade do sistema internacional e a esperança de um mundo melhor. A dependência da Europa em relação aos regimes autoritários cegou-nos para esta realidade durante demasiado tempo.

A aceleração da crise climática, as catástrofes naturais e a corrida aos recursos são acompanhadas por uma desigualdade global que continua a fazer parte das relações económicas, dos acordos comerciais e das instituições multilaterais. O colonialismo e o seu legado ainda estão entre nós.

No mundo de hoje, acreditamos que a União Europeia deve ser um ator forte. A UE é e sempre foi um projeto de paz. Temos de ser capazes de defender a segurança da UE, bem como a paz e os valores universais na nossa vizinhança e no mundo.

Os direitos humanos e a prosperidade económica não podem ser um luxo para os mais ricos do mundo. A justiça global, a boa governação e as normas e instituições democráticas ajudam um país a prosperar. São essenciais para um mundo seguro, cooperativo e pacífico.

Uma transição global justa, da qual todos os países e regiões possam beneficiar, é fundamental para esse futuro.

A nossa resposta começa com a UE a alcançar uma maior segurança em termos geopolíticos e económicos e a agir como uma só entidade a nível internacional. Para a UE, a nossa segurança depende também do nosso apoio à Ucrânia.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Faremos dos valores, da paz e da reconciliação prioridades das políticas internacionais da UE, construindo um mundo mais estável através da segurança humana, da diplomacia e da prevenção de conflitos. A UE deve estar pronta a colaborar com todos os amigos e amigas da paz, dos direitos humanos e do multilateralismo para atingir estes objetivos.

Temos a coragem de fazer da UE uma força para um mundo diferente e mais justo.

A transição ecológica da Europa é simultaneamente um instrumento geopolítico e uma responsabilidade global. A diplomacia climática e a cooperação em matéria de tecnologias e investimentos ecológicos são fundamentais para a forma como vamos lidar com o mundo.

Lutaremos pela justiça mundial. A UE pode reescrever regras comerciais injustas para tornar o mundo mais justo e mais igualitário. Todos os países devem ter uma participação na nova economia global descarbonizada.

Um mundo seguro e pacífico, onde a Europa trabalha com parceiros para colocar as pessoas e o planeta à frente da guerra e da exploração.

É este o futuro que queremos e que a Europa pode ajudar a construir.



UMA UNIÃO PARA A PAZ, A COOPERAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

A política de segurança está e continuará a estar no centro da agenda da UE. Como Verdes, estamos convencidos de que a UE precisa de uma nova mentalidade e de uma vontade clara de atuar.

É tempo de rejuvenescer o multilateralismo e a política externa baseada em valores. A União Europeia tornou-se forte através da integração, da partilha e da ligação - e não da dissociação ou da construção de muros. O que procurámos fazer com o projeto europeu deve também orientar as nossas relações internacionais. Temos de ser solidários com os nossos parceiros e estabelecer uma rede alargada de laços e parcerias estratégicas, trabalhando em conjunto num mundo cada vez mais complexo e interligado.

A transição ecológica sempre foi também uma questão de segurança. Com um maior controlo do nosso sistema energético, das tecnologias cruciais e das cadeias de abastecimento vitais, a UE pode ter um maior impacto na política externa e no sentido de uma transição globalmente justa. É uma oportunidade para a UE se tornar um ator mais eficaz ao lado dos seus parceiros e instituições multilaterais, promovendo a paz e a segurança, bem como os valores universais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os direitos humanos e a democracia em todo o mundo.

COOPERAÇÃO BASEADA EM VALORES E PRINCÍPIOS UNIVERSAIS

A UE deve dar prioridade à cooperação e à formação de alianças com parceiros democráticos para defender os direitos humanos, os valores universais e uma ordem internacional baseada em regras. Temos de atuar com os nossos aliados e parceiros que partilham as mesmas ideias sempre que possível, mantendo a capacidade de agir de forma independente quando necessário.

Enquanto Verdes, imaginamos uma União Europeia que trabalhe em estreita colaboração com as democracias e os parceiros que partilham as mesmas ideias para fazer frente aos agressores em todo o mundo e criar novos laços de cooperação multilateral fora do Norte Global. A UE deve estar pronta para trabalhar com todas as partes comprometidas com a paz, com os direitos humanos, com o multilateralismo e com o direito internacional.

MULTILATERALISMO E COOPERAÇÃO PARA A SEGURANÇA MUNDIAL

A paz e a liberdade constroem-se através de relações justas e baseadas em valores com os nossos parceiros. Acreditamos na solidariedade internacional e no multilateralismo. As Nações Unidas defendem os valores globais que partilhamos e defendê-la-emos contra os ataques e a favor de reformas que aumentem a transparência, a responsabilidade e a eficácia.

Nestes tempos difíceis, a UE deve procurar ativamente todas as oportunidades de cooperação internacional e utilizar todos os canais de cooperação para preservar a paz, também no âmbito da OSCE. O sistema multilateral deve ser reforçado através de uma representação equitativa do Sul Global, por exemplo, no Conselho de Segurança da ONU e nas instituições financeiras internacionais. Defendemos uma reforma do sistema das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, para garantir uma representação justa e proporcional de todas as regiões do mundo e possibilitar que organizações regionais, como a UE, se tornem membros de pleno direito. O veto no Conselho de Segurança deve ser abolido para promover a tomada de decisões a nível internacional e afastar-se de um sistema hegemónico.

A segurança global só pode ser alcançada através da defesa, promoção e desenvolvimento do direito internacional. Enquanto Verdes, asseguraremos que a UE utiliza a sua influência internacional para motivar países, como os Estados Unidos, a aderirem ao Estatuto de Roma e ao Tribunal Penal Internacional, a fim de garantir a proteção dos direitos humanos a nível mundial.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

A União Europeia deve defender os direitos humanos internacionais e a proteção do direito humanitário internacional. Como tal, é nossa responsabilidade partilhada garantir que nenhum crime de guerra ou violação dos direitos humanos fique impune. Este compromisso é a melhor forma de alcançar um multilateralismo baseado na força do direito internacional e não na força do poder.

Para a UE, uma abordagem multilateral também inclui o reforço e o aprofundamento da cooperação com a NATO, respeitando simultaneamente uma clara divisão de competências e sem estabelecer precedentes. Os Estados-Membros decidem por si próprios sobre a adesão à NATO. A UE tem o dever coletivo de salvaguardar a sua segurança das oscilações dos atores externos e de criar as condições que lhe permitam determinar livremente a sua participação num ambiente geopolítico em rápida mutação.

UM NOVO CONTRATO DE PAZ PARA A EUROPA

Com o aumento dos conflitos em todo o mundo, incluindo na vizinhança europeia, a UE deve trabalhar com os parceiros internacionais para construir a paz e reduzir o risco de conflitos. Adotaremos uma abordagem transformacional para combater as causas profundas dos conflitos, reforçando a prevenção civil de conflitos, a mediação e a reconciliação, bem como a gestão de crises para além-fronteiras, incluindo a construção da paz, a manutenção da paz e a aplicação da lei.

A relação entre o clima e a segurança não se limita à estabilidade da UE. As iniciativas em matéria de clima e ambiente, bem como os esforços para reforçar a participação política, social e económica das mulheres, são essenciais para construir a paz e garantir a segurança através do desenvolvimento. O seu financiamento deve aumentar a par de qualquer aumento das despesas militares.

As intervenções militares devem ser sempre o último recurso. Devem basear-se em estratégias políticas de longo prazo, respeitar o direito internacional e estar sujeitas à aprovação e controlo parlamentar relevante. Apoiamos o desenvolvimento de uma união europeia de segurança no âmbito das estruturas existentes, com base nestes princípios.

No que se refere ao conflito no Médio Oriente, insistiremos para que a UE relance as negociações políticas com vista a uma solução baseada na coexistência de dois Estados, com base em fronteiras seguras e acordadas. Uma paz duradoura na região exige resultados negociados que respeitem o direito de Israel e da Palestina a existirem como Estados democráticos e soberanos e do povo palestino a um lar próprio. Exigimos a plena responsabilização através de investigações independentes sobre todas as potenciais violações do direito internacional por todas as partes. Apelamos à UE e aos seus Estados-Membros para que apoiem o trabalho do Tribunal Penal Internacional e do Tribunal Internacional de Justiça.

O Chipre continua a sofrer uma ocupação militar na sequência da invasão turca de 1974. A separação geográfica dos cipriotas com base na origem étnica e na religião viola as liberdades fundamentais e os direitos humanos europeus. Apelamos ao reatar das conversações sobre uma solução para a questão cipriota sob os auspícios da ONU.

UMA UNIÃO EUROPEIA DE SEGURANÇA

Uma vez que nenhum país pode enfrentar sozinho as ameaças à segurança, a UE deve desenvolver uma União de Segurança que se centre na segurança humana e nas necessidades das pessoas. Esta abordagem é essencial para proteger os direitos humanos, prevenir conflitos e criar e manter a paz.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

A segurança tem a ver com sociedades civis fortes, com uma transição global justa e com estratégias preventivas a longo prazo e não apenas com a defesa. O nosso horizonte de ação é não só o curto mas também o longo prazo, os nossos alvos são não só os conflitos convencionais mas também as ameaças híbridas, não só os Estados mas também as sociedades civis. Defendemos um Serviço Europeu para a Ação Externa forte como força de uma diplomacia verdadeiramente transnacional que possa combater a impunidade e construir a reconciliação e uma paz duradoura.

No seio da União Europeia, exigimos uma política credível de solidariedade e assistência mútua, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 7 do Tratado da União Europeia. Isto significa cooperação em matéria de capacidades militares e criação de sinergias, por exemplo, através da promoção da interoperabilidade e da coordenação dos sistemas de aquisição, manutenção e aprovisionamento. A ameaça crescente de desinformação e interferência em democracias soberanas deve ser enfrentada através de esforços de cibersegurança.

DEIXAR DE DEPENDER DE REGIMES AUTORITÁRIOS

Não devemos repetir os erros do passado. Durante demasiado tempo, a União Europeia e os seus membros foram complacentes com a dependência económica de regimes autoritários. Embalada pelos combustíveis fósseis, a UE ignorou o crescente autoritarismo de Putin, as violações dos direitos humanos e a ameaça que o seu regime representava para a segurança internacional. Nós, os Verdes, vamos certificar-nos de que a Europa não volta a cometer o mesmo erro com outros regimes belicistas de todo o mundo.

Reconhecemos a ameaça que a China representa para Taiwan e que põe em perigo a paz e a segurança internacionais. Defendemos uma política ativa, clara e comum da UE em relação à China. A UE tem de implementar uma política sólida em matéria de direitos humanos que comece por reduzir os riscos nas nossas cadeias de abastecimento e aumentar a nossa autossuficiência num mundo com uma instabilidade climática e tensões políticas crescentes, reconhecendo simultaneamente que a interdependência é um fator essencial para um sistema internacional pacífico e uma transição global justa.

LUTAR PELOS DIREITOS HUMANOS A NÍVEL MUNDIAL

As organizações da sociedade civil são cruciais para os direitos humanos, a democracia e a autodeterminação e para a luta contra a corrupção e a discriminação. São os aliados naturais da UE que podem mudar o mundo para melhor. No entanto, os direitos humanos em todo o mundo não são, muitas vezes, seguros. Em todo o mundo, ambientalistas, jornalistas de investigação, mulheres, membros da comunidade [LGBTQIA+](#), defensores/as dos direitos da terra e dos direitos indígenas, sindicalistas e políticos/as progressistas são intimidados, sujeitos a campanhas de difamação, presos com base em acusações forjadas e, nos piores casos, assassinados.

Enquanto Verdes, aplicaremos integralmente as orientações da UE relativas aos defensores dos direitos humanos e facilitaremos o acesso aos vistos. Queremos que a UE preste mais apoio à sociedade civil em geral, por exemplo, através de um financiamento sustentável. A repressão transnacional por regimes autoritários deve ser uma prioridade para a proteção dos direitos humanos.

NÃO HÁ PAZ SEM MULHERES: POR UMA POLÍTICA EXTERNA FEMINISTA

As mulheres e os grupos marginalizados continuam a ter um acesso limitado ao poder em todo o mundo. Uma política externa feminista colocará a igualdade de género e a segurança humana no centro da nossa política externa e de segurança. As sociedades serão mais pacíficas e prósperas quando todos e todas desempenharem um papel igual na vida política, social e económica.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

Como Verdes, defenderemos uma política externa feminista a nível da UE que implemente estratégias intersectoriais. Temos de assegurar a participação política e cívica de jovens, mulheres e grupos marginalizados, bem como uma educação inclusiva e de qualidade para jovens e mulheres jovens. Temos de promover o empoderamento económico de jovens, das mulheres e dos grupos marginalizados como um objetivo fundamental da política externa. Isso inclui a criação de um fundo para apoiar organizações feministas locais.

NÃO EXPORTAR ARMAS PARA DITADORES E REGIMES AUTORITÁRIOS

A despesa global com armas é mais elevada do que nunca e tem aumentado todos os anos desde 2015. Defendemos o controlo de armas nucleares e convencionais e o desarmamento, incluindo a proibição de armas letais autónomas e o apoio ao tratado de proibição nuclear e à não proliferação de armas nucleares. Defendemos a aplicação da Convenção sobre as Armas Químicas. Apelamos a uma política de exportação de armas a nível da UE que proíba a exportação de armas para regimes autoritários, ditaduras e violadores dos direitos humanos, apoiando simultaneamente os países que se defendem contra os agressores. Devem ser introduzidos mecanismos abrangentes de controlo das exportações de armas para todos os parceiros.

JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO PACTO ECOLÓGICO MUNDIAL

A União Europeia deve utilizar a sua influência, o seu poder e os seus recursos para promover a justiça a nível mundial e permitir um Pacto Ecológico Mundial. A aceleração da crise climática está a pôr em causa a paz e a prosperidade em todo o mundo. O futuro do clima depende da ação de todos os países do mundo e do fim dos combustíveis fósseis.

Durante séculos, temos vindo a explorar o Sul Global, impedindo o desenvolvimento através da imposição de estruturas económicas e da exploração de pessoas, terras e recursos. A justiça global, em ações e não apenas em palavras, é uma responsabilidade ética, mas também uma necessidade geopolítica.

As nossas propostas combinam parcerias internacionais e reforma do comércio com cooperação internacional em condições de igualdade e iniciativas humanitárias. Estão enraizadas no nosso compromisso com a justiça global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como na nossa consciência do legado persistente do colonialismo.

RECONHECER AS NOSSAS RESPONSABILIDADES ATRAVÉS DA DIPLOMACIA CLIMÁTICA

Queremos que a diplomacia climática esteja no centro das relações da UE com os seus parceiros globais. A UE deve reconhecer o papel que os países europeus têm desempenhado na contribuição para colocar o Sul Global na linha da frente da crise climática. Tal como estabelecido no Acordo de Paris, a UE deve honrar os compromissos de financiamento internacional do clima para a atenuação e a adaptação, em conformidade com a sua quota-parte, e assumir compromissos plurianuais para o novo Fundo de Perdas e Danos. A UE pode liderar o processo através da criação de coligações climáticas de grande ambição em matéria de investimento e de prioridades setoriais e tecnológicas para a descarbonização.

Lutaremos por uma coerência política em todas as políticas internas, de modo a refletir as suas implicações globais, com uma verificação legislativa da forma como ajudarão a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a evitar qualquer impacto negativo na capacidade de países terceiros para os alcançar. Como Verdes, vamos para além do princípio "não prejudicar". Utilizaremos todas as ferramentas ao nosso alcance para nos envolvermos com os nossos parceiros para, em conjunto, mudarmos a vida das pessoas para melhor e atuarmos contra a crise climática, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. Continuaremos a insistir no reconhecimento internacional do crime de ecocídio.



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

PARCERIAS DO PACTO ECOLÓGICO PARA A JUSTIÇA MUNDIAL

Queremos que a UE estabeleça parcerias do Pacto Ecológico com países, regiões e atores da sociedade civil para apoiar o necessário Pacto Ecológico Mundial com investimento, acesso à tecnologia e conhecimentos especializados. Queremos que a UE molde e partilhe o desenvolvimento tecnológico e os quadros económicos do mundo descarbonizado, nomeadamente facilitando a transferência de tecnologia para o Sul Global.

Iniciativas como a Global Gateway e as Parcerias para uma Transição Energética Justa devem tornar-se veículos fundamentais para abrir vias de desenvolvimento ecológicas e resilientes com parceiros e regiões. A UE deve procurar desbloquear, a nível mundial, um investimento na transição ecológica equivalente ao que gasta na UE.

PELA JUSTIÇA DOS RECURSOS, CONTRA O EXTRATIVISMO

Os países de todo o mundo devem ser beneficiados para que a transição ecológica não se torne uma corrida que exclua o Sul Global. Ao mesmo tempo, a necessidade imediata da UE de metais e outros recursos não pode ser satisfeita sem acesso a novos materiais. A UE deve, por isso, acelerar a sua transição para uma economia totalmente circular, a fim de reutilizar os materiais durante o maior tempo possível e cumprir objetivos ambiciosos de redução dos recursos. Além disso, tem de permitir que os países ricos em recursos extraíam, transformem e reciclem matérias-primas, dando simultaneamente prioridade a uma abordagem "pessoas e planeta" que proteja os direitos das comunidades, especialmente os das populações indígenas, a natureza e a biodiversidade.

O Sul Global deve ser apoiado para que a extração possa ser feita de acordo com as mesmas condições que na UE. As necessidades de recursos da UE não devem agravar ainda mais as desigualdades existentes, nem a injustiça climática e ambiental. A nossa abordagem de suficiência, apoiada por objetivos de redução e reciclagem na UE, ajudará a minimizar o enorme impacto do setor mineiro global em termos de violações dos direitos humanos, destruição do ambiente e clima.

A justiça em matéria de recursos implica também que deixemos de despejar os nossos resíduos em países do Sul Global. Assim, é importante adotar critérios claros para o fim do estatuto de resíduo a nível da UE, por exemplo, para os plásticos e os têxteis, a fim de evitar a classificação dos resíduos como bens em segunda mão. Esta medida estimularia igualmente o desenvolvimento de atividades, competências e capacidades de reciclagem na UE. Apelamos a uma estratégia de aquisição coletiva e à cooperação para os elementos de terras raras. A utilização de tais elementos deve ser prioritária para as indústrias mais relevantes para a transição ecológica.

DESCOLONIZAR AGORA!

O legado da era colonial continua a pesar nas relações entre alguns países europeus e as suas antigas colónias. Reflete-se na distribuição global desigual da riqueza, nas dependências económicas persistentes e nas estruturas económicas injustas, bem como na falta de representação nas nossas instituições e a nível global. Queremos que a UE assuma a sua responsabilidade histórica decorrente dos crimes do colonialismo e do seu legado.

Apelamos a uma revisão profunda, abrangente e inclusiva do legado colonial da Europa para garantir a reparação, que pode ser material e simbólica, bem como a responsabilização por crimes passados. Apoiamos a pressão para a devolução de artefactos culturais. Queremos corrigir cláusulas desvantajosas nos acordos comerciais e promover reformas nos bancos de desenvolvimento. A UE e os seus Estados-Membros devem trabalhar para uma reestruturação sólida da dívida e para o alívio da dívida de países particularmente afetados. A ajuda pública ao desenvolvimento deve ser atribuída em consulta com os parceiros e a sociedade civil, em especial a nível local, e garantir a satisfação das necessidades locais. Ultrapassar uma postura pós-colonial



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

significa que a ação externa da UE não deve colocar os interesses europeus ou os das empresas europeias acima dos interesses dos seus parceiros.

DA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO A UMA TRANSIÇÃO GLOBAL JUSTA

A Europa precisa de aumentar os fluxos para a ajuda pública ao desenvolvimento, tal como definida pela OCDE, para pelo menos 0,7% do rendimento nacional bruto dos Estados-Membros. A cooperação internacional e as políticas de desenvolvimento devem ser orientadas por uma perspetiva descolonial e antirracista.

Orientados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, queremos coordenar melhor as iniciativas sustentáveis lideradas a nível local e aumentar o financiamento da sociedade civil de base, em conformidade com a recomendação do CAD da OCDE, evitando a duplicação e o desperdício de recursos. Seguiremos uma abordagem pormenorizada para examinar e alinhar o orçamento da UE para a cooperação internacional com a Agenda 2030, centrando-nos na justiça global, na luta contra as desigualdades, na garantia de que a maior parte da ajuda pública ao desenvolvimento seja direcionada para necessidades prioritárias, como os serviços públicos e os serviços sociais básicos, e na transparência da participação do setor privado. A UE deve voltar a reunir a Plataforma Multilateral para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Queremos promover o conhecimento local e as iniciativas locais para apoiar o desenvolvimento de ciclos económicos e de sistemas de segurança social. Para tal, queremos continuar a desenvolver a atual cooperação europeia para o desenvolvimento em diálogo com os nossos parceiros. Rejeitamos a vinculação da ajuda e da assistência internacionais a acordos de migração. A integridade da cooperação para o desenvolvimento deve ser mantida e acompanhada de perto.

ACABAR COM A FOME NO MUNDO: SOBERANIA ALIMENTAR PARA TODOS E TODAS

As múltiplas crises do nosso tempo, sobretudo a crise climática, colocam desafios existenciais à segurança alimentar em todo o mundo. Para acabar com a fome, a UE deve trabalhar em prol de um sistema alimentar mundial sustentável e resiliente e contribuir para a aplicação do direito à alimentação. A UE deve dar prioridade às abordagens agroecológicas e alinhar a sua própria política alimentar e comercial com os princípios da soberania alimentar mundial e da agricultura respeitadora do clima.

APOIAR A JUSTIÇA MUNDIAL ATRAVÉS DO COMÉRCIO SUSTENTÁVEL

O modelo atual da maioria dos acordos de comércio livre da UE, como o UE-Mercosul, beneficia sobretudo o agronegócio e as multinacionais. Não aborda adequadamente os impactos socioeconómicos e de sustentabilidade do comércio. A política comercial da UE não está suficientemente alinhada com o Pacto Ecológico. Como Verdes, acreditamos num sistema de comércio global que se baseia na equidade, molda a globalização para melhor e coloca o bem-estar humano no seu centro. Acreditamos na reformulação da política comercial da UE no sentido do desenvolvimento sustentável e de uma maior proteção dos direitos humanos. A UE só deve celebrar novos acordos comerciais com países que implementem o Acordo de Paris.

As nossas Parcerias Verdes e o novo sistema tarifário da UE para o carbono (Mecanismo de Ajuste das Emissões de Carbono nas Fronteiras, em inglês Carbon Border Adjustment Mechanism, CBAM) podem criar uma concorrência leal, fazendo da descarbonização e da proteção do ambiente um esforço conjunto. Para que o CBAM seja eficaz e justo, deve ser complementado por um aumento das despesas da UE com a ação climática nos países de baixo rendimento.

Os Verdes introduziram e promoveram com êxito legislação sobre diligência devida, desflorestação e cadeias de abastecimento sem trabalho forçado, estabelecendo normas para as importações para a UE. Todas as empresas multinacionais que operam na UE devem ser responsabilizadas pelo



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

cumprimento destas normas e pagar a sua quota-parte justa de impostos dentro e fora da UE. Continuaremos a atualizar a diretiva relativa aos contratos públicos e a introduzir uma nova prática comercial desleal para o setor têxtil.

Defendemos o reequilíbrio do sistema global de direitos de propriedade intelectual para garantir que o Sul Global possa aceder a tecnologias-chave, incluindo para a saúde e descarbonização. Como Verdes, vamos insistir no progresso da reforma da Organização Mundial do Comércio para apoiar uma transição global justa.

REFORMAR OS ACORDOS COMERCIAIS PARA PROTEGER OS DIREITOS SOCIAIS, O AMBIENTE E O CLIMA

Como Verdes, vamos pressionar para melhorar o comércio bilateral e os acordos de investimento com disposições de sustentabilidade vinculativas e sancionáveis. Especificamente, o Acordo de Paris, o acordo de biodiversidade de Kunming-Montreal, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as convenções fundamentais da OIT devem tornar-se elementos essenciais dos nossos acordos comerciais. Devem estar horizontalmente ancorados em todos os capítulos dos acordos comerciais, desde as matérias-primas e a agricultura até aos contratos públicos.

As avaliações de impacto dos acordos comerciais devem incluir os direitos humanos, o género, a biodiversidade e o bem-estar dos animais. O princípio da precaução deve ser plenamente respeitado e as normas da Organização Internacional do Trabalho devem ser aplicadas na íntegra. Os compromissos de pré-ratificação, a votação do Parlamento Europeu sobre o mandato e a total transparência devem garantir a legitimidade democrática e a inclusão da sociedade civil e dos sindicatos.

Lutamos para acabar com as proteções ao investimento em combustíveis fósseis e, em vez disso, incentivamos o investimento sustentável. A decisão de abandonar o Tratado da Carta da Energia, que destrói o clima, é um grande êxito. Todos os acordos de investimento devem respeitar plenamente o direito de regulamentar. Defendemos a abolição dos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados e a sua substituição por um sistema de tribunais de investimento multilaterais.

As regras comerciais não devem impedir a ação climática, nem limitar a nossa capacidade de adotar políticas sociais e ambientais. Pelo contrário, o comércio deve fazer parte dos nossos esforços para limitar as emissões, mudar para tecnologias de emissões líquidas nulas e acabar com a degradação ecológica. O comércio de bens e serviços sustentáveis deve ser facilitado, para que se tornem mais baratos e amplamente disponíveis. Qualquer produto demasiado perigoso para ser utilizado na UE é também demasiado perigoso para ser utilizado noutros países. Os produtos que não estão autorizados a ser vendidos na UE não devem ser exportados para países terceiros.

Queremos promover a soberania alimentar e dar prioridade às cadeias de abastecimento alimentar locais e regionais. Os acordos comerciais não devem perturbar ou prejudicar os ambientes produtivos locais ou regionais com valor ambiental. Os cidadãos da UE têm o direito de esperar que todos os produtos alimentares importados cumpram as regras internacionais e da UE, tais como os requisitos fitossanitários, os antibióticos e as normas de bem-estar animal.

O comércio mais livre deve ser acompanhado de medidas para limitar os subsídios prejudiciais ao ambiente, incluindo os subsídios aos combustíveis fósseis. Os acordos comerciais devem incluir medidas para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e outros subsídios prejudiciais ao ambiente.

TORNAR O COMÉRCIO JUSTO PARA TODOS E TODAS

Como Verdes, defendemos estratégias para integrar os princípios do comércio justo nas principais políticas da UE relacionadas com a produção, o consumo e o comércio, promovendo rendimentos e



PARTIDO VERDE EUROPEU - PROGRAMA ELEITORAL 2024

salários dignos, a tomada de decisões inclusivas envolvendo pequenos/as agricultores/as, artesãos/ãs e trabalhadores/as, e apoiando medidas para reduzir a utilização de pesticidas em países terceiros. Exigimos que as empresas adotem práticas de compra sustentáveis e adaptem os seus modelos de negócio de forma a dissociar o sucesso económico da exploração nas cadeias de abastecimento, nomeadamente através da promoção de modelos de negócio orientados para missões.



With the financial support of the European Parliament. Sole liability remains with the author